Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	1
Dfs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	13
Demonstração de Valor Adicionado	14
Dfs Consolidadas	
Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa	23
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	25
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	26
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	27
Demonstração de Valor Adicionado	28
Relatório da Administração/comentário do Desempenho	30
Notas Explicativas	42
Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes	
Pareceres E Declarações	
Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	81
Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)	84
Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	85

Índice

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

86

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	105.489.191	
Preferenciais	0	
Total	105.489.191	
Em Tesouraria		
Ordinárias	1.218.772	
Preferenciais	0	
Total	1.218.772	

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	1.945.258	1.709.411	890.260
1.01	Ativo Circulante	951.588	850.942	232.773
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	65.836	49.444	13.242
1.01.02	Aplicações Financeiras	608.334	608.167	6.318
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	608.334	608.167	6.318
1.01.03	Contas a Receber	242.403	158.303	163.123
1.01.03.01	Clientes	136.086	115.824	118.110
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	106.317	42.479	45.013
1.01.03.02.01	Valores a receber de partes relacionadas	49.115	27.251	12.580
1.01.03.02.02	Fundo da Marinha Mercante - AFRMM	15.688	14.027	31.783
1.01.03.02.04	Sinistros a recuperar	41.514	1.201	650
1.01.04	Estoques	16.903	16.244	14.933
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.603	12.835	19.448
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.603	12.835	19.448
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.509	5.949	15.709
1.01.08.03	Outros	6.509	5.949	15.709
1.02	Ativo Não Circulante	993.670	858.469	657.487
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	313.441	224.657	225.417
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.722	9.678	0
1.02.01.04	Contas a Receber	16.030	13.887	37.176
1.02.01.04.02	Valores a receber de partes relacionadas	0	0	1.585
1.02.01.04.04	Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	16.030	13.887	35.591
1.02.01.07	Tributos Diferidos	212.715	171.752	152.844
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	212.715	171.752	152.844
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	71.028	0	0
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	71.028	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	10.946	29.340	35.397
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar ou compensar	0	0	1.316
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	10.946	27.746	31.031

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.01.10.05	Outros ativos não circulantes	0	1.594	3.050
1.02.02	Investimentos	383.372	339.727	199.603
1.02.02.01	Participações Societárias	383.372	339.727	199.603
1.02.03	Imobilizado	276.215	268.835	193.565
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	138.633	156.884	126.625
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	93.588	70.470	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	43.994	41.481	66.940
1.02.04	Intangível	20.642	25.250	38.902
1.02.04.01	Intangíveis	20.642	25.250	38.902

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	1.945.258	1.709.411	890.260
2.01	Passivo Circulante	375.404	271.578	238.870
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.333	19.501	13.289
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	16.333	19.501	13.289
2.01.01.02.01	Salários e encargos sociais	16.333	19.501	13.289
2.01.02	Fornecedores	68.948	79.606	69.024
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.182	6.759	7.800
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	112.690	83.805	89.534
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	98.165	81.231	89.534
2.01.04.02	Debêntures	14.525	2.574	0
2.01.05	Outras Obrigações	97.343	59.300	22.841
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	61.050	31.435	22.045
2.01.05.02	Outros	36.293	27.865	796
2.01.05.02.04	Obrigações com arrendamento mercantil	35.565	27.652	0
2.01.05.02.05	Outros passivos circulantes	728	213	796
2.01.06	Provisões	67.908	22.607	36.382
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	67.908	22.607	36.382
2.01.06.01.05	Acordo substitutivo IBAMA e MPF	41.448	0	0
2.01.06.01.06	Provisões operacionais	26.460	22.607	36.382
2.02	Passivo Não Circulante	1.216.045	1.120.906	1.006.136
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.085.930	993.865	968.463
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	941.116	908.549	968.463
2.02.01.02	Debêntures	144.814	85.316	0
2.02.02	Outras Obrigações	126.145	120.985	29.752
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	49.229	38.508	24.403
2.02.02.02	Outros	76.916	82.477	5.349
2.02.02.02.03	Obrigações com arrendamento mercantil	69.637	46.945	0
2.02.02.02.04	Fornecedores	0	7	28
2.02.02.02.06	Outros Passivos Não Circulantes	0	1.595	5.321

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.02.02.07	Perda com Investimento em Sociedade Controlada	7.279	33.930	0
2.02.04	Provisões	3.970	6.056	7.921
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.970	6.056	7.921
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	342	808	1.517
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.581	5.238	6.088
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	47	10	316
2.03	Patrimônio Líquido	353.809	316.927	-354.746
2.03.01	Capital Social Realizado	1.312.502	1.310.322	654.224
2.03.02	Reservas de Capital	-26.419	-45.849	-49.028
2.03.02.04	Opções Outorgadas	24.503	5.073	1.894
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-50.922	-50.922	-50.922
2.03.04	Reservas de Lucros	0	95.708	95.708
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-934.963	-1.043.621	-1.054.750
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	2.689	367	-900

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	707.381	729.870	636.296
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-599.720	-581.942	-543.786
3.03	Resultado Bruto	107.661	147.928	92.510
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	51.042	-10.694	19.535
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-84.065	-73.354	-57.369
3.04.02.01	Despesas administrativas e comerciais	-84.065	-73.354	-57.369
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	49.623	53.765	47.704
3.04.04.01	Recursos com subvenção -AFRMM aplicados	49.354	49.522	31.341
3.04.04.02	Recuperação de indébitos Fiscais	269	4.243	4.267
3.04.04.04	Resultado na alienação de bens do ativo não circulante	0	0	12.096
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	7.836	12.736	428
3.04.05.01	Outras receitas (despesas), líquidas	7.836	12.736	428
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	77.648	-3.841	28.772
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	158.703	137.234	112.045
3.06	Resultado Financeiro	-186.288	-133.685	-145.116
3.06.01	Receitas Financeiras	20.897	6.189	2.617
3.06.02	Despesas Financeiras	-207.185	-139.874	-147.733
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-99.344	-112.861	-105.711
3.06.02.02	Variações monetárias e cambiais,líquidas	-107.841	-27.013	-42.022
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-27.585	3.549	-33.071
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	40.536	7.580	39.073
3.08.01	Corrente	-427	-11.825	-3.981
3.08.02	Diferido	40.963	19.405	43.054
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	12.951	11.129	6.002
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	12.951	11.129	6.002
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,13000	0,27000	0,16000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.99.02.01	ON	0,12000	0,26000	0,16000

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	12.951	11.129	6.002
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.322	1.267	446
4.02.01	Ajustes de conversão operações/controladas no exterior	-2.322	1.267	446
4.03	Resultado Abrangente do Período	10.629	12.396	6.448

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	176.029	241.360	66.459
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	108.173	119.426	69.363
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	12.951	11.129	6.002
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-77.648	3.841	-28.772
6.01.01.03	Depreciação e amortização	63.003	69.841	36.420
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-40.536	-19.405	-43.054
6.01.01.05	Provisão (reversão) para riscos e encargos financeiros/juros	-24	-1.008	66
6.01.01.06	Provisões operacionais	0	-13.775	1.305
6.01.01.07	Baixa ou resultado na alienação de bens do imobilizado	0	0	-14.377
6.01.01.08	Despesa com plano de opções de ações	19.430	3.179	1.894
6.01.01.09	Recuperação de indébitos fiscais	-269	-4.243	0
6.01.01.10	Juros, encargos e variação cambial, líquida	175.692	104.350	135.520
6.01.01.11	Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	-49.354	-49.522	-31.341
6.01.01.12	Perda com cessão de direitos AFRMM - precatórios	0	8.160	0
6.01.01.15	Outros	4.928	6.879	5.700
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	67.856	121.934	-2.904
6.01.02.04	Estoques	-659	-1.311	-4.919
6.01.02.05	Contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas	-18.607	-5.740	0
6.01.02.06	Tributos a recuperar ou compensar	1.232	8.426	-1.953
6.01.02.07	Fundo da Marinha Mercante - AFRMM	45.432	80.822	15.528
6.01.02.08	Sinistros a recuperar	-40.313	0	0
6.01.02.10	Outros ativos	-559	7.282	20.625
6.01.02.11	Salários e encargos sociais	-3.168	6.212	-1.003
6.01.02.12	Impostos e contribuições a recolher	4.996	-1.041	-14.151
6.01.02.13	Depósitos judiciais	16.800	3.285	-3.442
6.01.02.14	Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas	64.251	19.951	-10.987
6.01.02.16	Pagamentos de provisão para riscos	-2.062	0	0
6.01.02.17	Outros passivos	513	4.048	-2.602
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-97.399	-764.907	-41.350

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02.02	Integralização de capital e AFAC	-26.616	-132.908	-24.471
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-9.277	-20.472	-16.879
6.02.04	Aplicações financeiras	6.789	-611.527	0
6.02.05	Mútuos concedidos a controladas	-68.295	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-62.238	559.749	-60.862
6.03.02	Amortização empréstimos e financiamentos	-59.598	-86.556	-58.510
6.03.03	Aumento de capital por subscrição de ações	3.117	679.053	30.186
6.03.04	Captação de mútuos com controladas	48.827	39.967	6.962
6.03.05	Emissão de debêntures	71.400	90.474	0
6.03.07	Obrigações com arrendamento mercantil	-47.278	-39.384	0
6.03.08	Custos na captação de debêntures	-2.414	-3.364	0
6.03.09	Custos diretos de emissão de ações	-828	-34.780	0
6.03.10	Pagamento de mútuos com controladas	-33.462	-12.147	0
6.03.11	Juros sobre empréstimos,financiamentos e debêntures	-42.002	-73.514	-39.500
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16.392	36.202	-35.753
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	49.444	13.242	48.995
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	65.836	49.444	13.242

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.310.322	-45.849	95.708	-1.043.621	367	316.927
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.310.322	-45.849	95.708	-1.043.621	367	316.927
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.180	19.430	0	0	0	21.610
5.04.01	Aumentos de Capital	3.117	0	0	0	0	3.117
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-937	0	0	0	0	-937
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	19.430	0	0	0	19.430
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.950	2.322	15.272
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.951	0	12.951
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.322	2.322
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	-1	0	-1
5.05.03.02	Outros	0	0	0	-1	0	-1
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-95.708	95.708	0	0
5.06.04	Absorção de reserva de incentivos fiscais	0	0	-95.708	95.708	0	0
5.07	Saldos Finais	1.312.502	-26.419	0	-934.963	2.689	353.809

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	654.224	-49.028	95.708	-1.054.750	-900	-354.746
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	654.224	-49.028	95.708	-1.054.750	-900	-354.746
5.04	Transações de Capital com os Sócios	656.098	3.179	0	0	0	659.277
5.04.01	Aumentos de Capital	679.053	0	0	0	0	679.053
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-22.955	0	0	0	0	-22.955
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.179	0	0	0	3.179
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.129	1.267	12.396
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.129	0	11.129
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.267	1.267
5.07	Saldos Finais	1.310.322	-45.849	95.708	-1.043.621	367	316.927

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	624.038	-50.922	100.413	-1.065.457	-1.346	-393.274
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-4.705	4.705	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	624.038	-50.922	95.708	-1.060.752	-1.346	-393.274
5.04	Transações de Capital com os Sócios	30.186	1.894	0	0	0	32.080
5.04.01	Aumentos de Capital	30.186	0	0	0	0	32.080
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.894	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.002	446	6.448
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.002	0	6.002
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	446	446
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	446	446
5.07	Saldos Finais	654.224	-49.028	95.708	-1.054.750	-900	-354.746

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	861.753	872.906	716.947
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	809.943	827.418	716.953
7.01.02	Outras Receitas	49.354	49.522	2.296
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.456	-4.034	-2.302
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-461.164	-400.800	-346.618
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-335.481	-323.445	-284.766
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.624	-6.509	-5.292
7.02.04	Outros	-116.059	-70.846	-56.560
7.02.04.01	Óleos combustíveis e gases	-85.128	-81.261	-76.982
7.02.04.02	Reversão (constituição) de provisão para riscos	24	1.008	-66
7.02.04.04	Resultado líquido com alienação de bens do imobilizado	0	0	12.096
7.02.04.05	Outros	-30.955	9.407	8.392
7.03	Valor Adicionado Bruto	400.589	472.106	370.329
7.04	Retenções	-63.003	-69.861	-36.420
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-63.003	-69.861	-36.420
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	337.586	402.245	333.909
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	144.494	23.324	34.116
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	77.648	-3.841	28.772
7.06.02	Receitas Financeiras	66.846	27.165	5.344
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	482.080	425.569	368.025
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	482.080	425.569	368.025
7.08.01	Pessoal	83.558	81.345	49.953
7.08.01.01	Remuneração Direta	63.291	55.343	35.495
7.08.01.02	Benefícios	16.972	22.731	11.461
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.295	3.271	2.997
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	71.001	96.144	55.147
7.08.02.01	Federais	24.469	51.763	17.077
7.08.02.02	Estaduais	45.274	43.413	34.568
7.08.02.03	Municipais	1.258	968	3.502

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	314.570	236.951	256.923
7.08.03.03	Outras	314.570	236.951	256.923
7.08.03.03.01	Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais passivas	253.134	160.849	148.480
7.08.03.03.02	Afretamentos,locações e arrendamentos	61.436	76.102	108.443
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	12.951	11.129	6.002
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	12.951	11.129	6.002

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	2.206.513	1.912.077	1.143.212
1.01	Ativo Circulante	1.058.787	912.812	289.695
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	101.337	55.315	17.030
1.01.02	Aplicações Financeiras	608.334	608.167	6.318
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	608.334	608.167	0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	0	6.318
1.01.02.03.01	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	0	6.318
1.01.03	Contas a Receber	262.593	160.712	171.180
1.01.03.01	Clientes	204.941	145.484	138.764
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	57.652	15.228	32.416
1.01.03.02.02	Fundo da Marinha Mercante - AFRMM	15.688	14.027	31.783
1.01.03.02.04	Sinistros a recuperar	41.964	1.201	633
1.01.04	Estoques	22.229	21.463	19.703
1.01.06	Tributos a Recuperar	49.363	54.780	46.733
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	49.363	54.780	46.733
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.931	12.375	28.731
1.01.08.03	Outros	14.931	12.375	28.731
1.02	Ativo Não Circulante	1.147.726	999.265	853.517
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	295.547	269.197	292.290
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.878	10.805	0
1.02.01.04	Contas a Receber	16.030	13.887	35.591
1.02.01.04.04	Fundo da Marinha Mercante - AFRMM	16.030	13.887	35.591
1.02.01.07	Tributos Diferidos	238.964	171.752	145.894
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	238.964	171.752	145.894
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	36.675	72.753	110.805
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar ou compensar	16.780	34.513	70.740
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	19.881	36.633	37.002
1.02.01.10.05	Outros ativos não circulantes	14	1.607	3.063
1.02.02	Investimentos	0	0	5

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.02.01	Participações Societárias	0	0	5
1.02.03	Imobilizado	828.197	701.455	515.999
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	576.517	549.241	395.442
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	194.729	102.258	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	56.951	49.956	120.557
1.02.04	Intangível	23.982	28.613	45.223
1.02.04.01	Intangíveis	23.982	28.613	45.223

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	2.206.513	1.912.077	1.143.212
2.01	Passivo Circulante	416.124	331.246	287.723
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	27.511	28.558	22.557
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	27.511	28.558	22.557
2.01.01.02.01	Salários e encargos sociais	27.511	28.558	22.557
2.01.02	Fornecedores	110.421	126.087	102.927
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.386	16.656	12.291
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	132.814	98.675	107.430
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	118.289	96.101	107.430
2.01.04.02	Debêntures	14.525	2.574	0
2.01.05	Outras Obrigações	41.738	31.453	2.437
2.01.05.02	Outros	41.738	31.453	2.437
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	12	0	0
2.01.05.02.04	Obrigações com arrendamento mercantil	40.712	31.079	0
2.01.05.02.05	Outros passivos circulantes	1.014	374	2.437
2.01.06	Provisões	75.254	29.817	40.081
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	75.254	29.817	40.081
2.01.06.01.05	Acordo substitutivo IBAMA e MPF	41.448	0	0
2.01.06.01.06	Provisões operacionais	33.806	29.817	40.081
2.02	Passivo Não Circulante	1.436.426	1.263.784	1.210.116
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.257.289	1.157.918	1.150.894
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.112.475	1.072.602	1.150.894
2.02.01.02	Debêntures	144.814	85.316	0
2.02.02	Outras Obrigações	153.577	62.470	12.379
2.02.02.02	Outros	153.577	62.470	12.379
2.02.02.02.03	Obrigações com arrendamento mercantil	153.567	57.918	0
2.02.02.02.04	Fornecedores	0	50	137
2.02.02.02.06	Outros Passivos Não Circulantes	10	4.502	12.242
2.02.03	Tributos Diferidos	10.851	7.886	0

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.851	7.886	0
2.02.04	Provisões	14.709	35.510	46.843
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.709	35.510	46.843
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	342	808	1.882
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	14.313	34.692	43.863
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	54	10	1.098
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	353.963	317.047	-354.627
2.03.01	Capital Social Realizado	1.312.502	1.310.322	654.224
2.03.02	Reservas de Capital	-26.419	-45.849	-49.028
2.03.02.04	Opções Outorgadas	24.503	5.073	1.894
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-50.922	-50.922	-50.922
2.03.04	Reservas de Lucros	0	95.708	95.708
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-934.963	-1.043.621	-1.054.750
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	2.689	367	-900
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	154	120	119

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.126.179	1.052.204	977.433
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-893.277	-854.222	-843.560
3.03	Resultado Bruto	232.902	197.982	133.873
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-40.142	-25.499	462
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-101.883	-89.126	-80.614
3.04.02.01	Despesas administrativas e comerciais	-101.883	-89.126	-80.614
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	49.623	54.350	81.694
3.04.04.01	Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	49.354	49.522	31.341
3.04.04.02	Recuperação de indébitos fiscais	269	4.828	38.257
3.04.04.04	Resultado na alienação de bens do ativo não circulante	0	0	12.096
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	12.118	9.277	-618
3.04.05.01	Outras receitas (despesas), líquidas	12.118	9.277	-618
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	192.760	172.483	134.335
3.06	Resultado Financeiro	-214.284	-146.785	-131.673
3.06.01	Receitas Financeiras	21.465	5.856	48.729
3.06.02	Despesas Financeiras	-235.749	-152.641	-180.402
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-114.838	-128.212	-129.599
3.06.02.02	Variações monetárias e cambiais,líquidas	-120.911	-24.429	-50.803
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-21.524	25.698	2.662
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	34.524	-14.541	3.412
3.08.01	Corrente	-29.723	-32.947	-9.242
3.08.02	Diferido	64.247	18.406	12.654
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.000	11.157	6.074
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	13.000	11.157	6.074
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	12.951	11.129	6.002
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	49	28	72
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,13000	0,27000	0,16000

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,12000	0,26000	0,16000

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	13.000	11.157	6.074
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.322	1.267	446
4.02.01	Ajustes de conversão operações/controladas no exterior	-2.322	1.267	446
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	10.678	12.424	6.520
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	10.629	12.396	6.448
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	49	28	72

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

6.01 Gaixat Liquido Altividades Operacionais 24.05.22 299.04 95.70 6.01.01 Caixa Geriado nas Operações 252.332 160.02 10.417 6.01.01.02 Luror liquido de searcicio 113.000 11.157 6.07 6.01.01.03 Depreciação e amortização 105.068 98.664 63.714 6.01.01.04 Provisõo (reversão) para riscos e on cargos financeiros/juros 11.1978 5.599 7.025 6.01.01.05 Provisõo (proversão) para riscos e on cargos financeiros/juros 11.978 5.599 7.025 6.01.01.06 Provisõos (proversão) para riscos e on cargos financeiros/juros 11.978 5.599 7.025 6.01.01.07 Provisõos (proversão) para riscos e on cargos financeiros/juros 10.01 6.02 2.02 1.437 6.01.01.01 Recuperação de indibitos fiscais 19.43 3.179 1.888 6.01.01.01 Recuperação de indibitos fiscais 2.240 1.172 1.172 6.01.01.11 Recursos com subvenção AFRMM - aplicados 2.183 1.014 1.015 1.015 6.010 1.017 <td< th=""><th>Código da Conta</th><th>Descrição da Conta</th><th>Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020</th><th>Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019</th><th>Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</th></td<>	Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.01.01 Lucro liquido do exercicio 13.00 11.157 6.07 6.01.01.02 Depreciação e amortização 136.00 38.664 6.37.74 6.01.01.04 Imposto de renade contribuição social correntes e diferidos 34.5624 41.840 41.286 6.01.01.05 Provisão (reversão) para riscos e encargos financeiros/juros -11.978 -5.000 -7.025 6.01.01.06 Provisão (reversão) para riscos e encargos financeiros/juros -11.978 -5.000 -7.025 6.01.01.07 Provisão (reversão) para riscos e encargos financeiros/juros -11.028 -5.000 -7.025 6.01.01.01 Baixa ou resultado na alienação de bens do imbilizado 0 -10.202 -11.437 6.01.01.01 Recuperação de indébitos fiscais -8.000 -4.88 -33.900 6.01.01.01 Recuperação de indébitos fiscais -4.952 -4.88 -33.900 6.01.01.11 Recuperação de indébitos fiscais -4.952 -4.918 6.01.01.11 Recuperação de indébitos fiscais -4.952 -4.918 6.01.01.11 Recuperação de indebitos fiscais -4.952	6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	240.522	299.604	95.107
6.01.01.03 Depreciação e amortização 106.05 98.664 6.37.14 6.01.01.04 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos -34.524 -18.06 -12.654 6.01.01.05 Provisão (reversão) para riscos e encargos financeiros/juros 11.1978 -5.968 -7.248 6.01.01.07 Provisão (reversão) para riscos e encargos financeiros/juros 10 -10.264 -7.248 6.01.01.07 Baixa ou resultado na alienação de bens do imbilizado 0 -2.02 -11.437 6.01.01.08 Despesa com plano de opção de agões 19.430 3.19 1.18.08 6.01.01.01 Juros, encargos e variação cambial, líquida 212.410 117.09 117.02 6.01.01.11 Recursação de infeitos AFRMM-aplicados 49.34 49.52 -31.34 6.01.01.12 Perda com cessão de direitos AFRMM-aplicados 49.34 49.52 -31.34 6.01.01.12 Outros 1.18.00 11.810 139.54 -9.02 6.01.01.12 Variações nos Ativos e Passivos 1.18.00 139.54 -9.02 6.01.02.02 Cantas a receber	6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	252.332	160.020	104.127
6.01.01.04 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos 34.524 18.406 11.268 6.01.01.05 Provisão (reversão) para riscos e encargos financeiros/juros 11.978 5.989 7.025 6.01.01.06 Provisão (reversão) para riscos e encargos financeiros/juros 0 10.264 7.036 6.01.01.07 Baixa ou resultado na allenação de bens do imobilizado 0 12.02 14.377 6.01.01.08 Despesa com plano de opção de ações 19.430 3.179 1.884 6.01.01.01 Juros, encargos e variação cambial, líquida 21.2410 117.901 117.884 6.01.01.11 Recuperação de indébitos fiscais 49.354 49.522 31.341 6.01.01.11 Juros, encargos e variação cambial, líquida 21.2410 117.901 117.884 6.01.01.12 Perda com cassão de direitos AFRMM- aplicados 49.354 49.522 31.341 6.01.01.12 Outros Cultural 11.810 13.9584 19.020 6.01.02.12 Variações nos Ativos e Passivos 21.820 11.810 13.9584 19.020 6.01.	6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	13.000	11.157	6.074
6.01.01.05 Provisâs (reversão) para riscos e encargos financeiros/juros -11.978 -5.969 -7.028 6.01.01.06 Provisão (reversão) para riscos e encargos financeiros/juros 0 -10.264 7.348 6.01.01.07 Provisão (reversão) para riscos e operacionais 0 -10.264 7.348 6.01.01.07 Baixa ou resultado na alienação de bens do imobilizado 19.430 3.179 1.898 6.01.01.01 Despesa com plano de opção de ações 19.430 3.179 1.898 6.01.01.01 Juros, encargos e variação de indébitos fiscais 2.689 4.828 -33.990 6.01.01.01 Juros, encargos e variação cambial, líquida 212.410 117.901 117.801 117.801 117.802 6.01.01.01 Perda com cessão de direitos AFRMM - aplicados 49.354 4.95.22 -31.341 6.01.01.15 Outros Variações nos Alivos e Passivos AFRMM - precatórios 2.889 10.150 6.6559 6.01.02.16 Variações nos Alivos e Passivos AFRMM - precatórios 2.889 10.150 6.6559 6.01.02.20 Variações nos Alivos e Passivos de passivos a receber de partes relac	6.01.01.03	Depreciação e amortização	106.506	98.664	63.714
6.01.01.06 Provisões operacionais 0 -10.264 7.349 6.01.01.07 Baixa ou resultado na alienação de bens do imbilizado 0 -202 -14.377 6.01.01.08 Despesa com plano de opção de ações 19.430 3.179 1.884 6.01.01.01 Recuperação de indébitos fisais -2.680 4.4828 -3.390 6.01.01.11 Recuperação de indébitos fisais 212.410 117.901 117.802 6.01.01.11 Recuperação de indébitos fisais 49.522 -31.341 6.01.01.11 Recuperação exerção com subvenção AFRMM -aplicados 49.354 49.522 -31.341 6.01.01.11 Recuperação exerção com subvenção AFRMM -precatórios 0 8.60 0 6.01.01.11 Recuperação de indebitos AFRMM -precatórios 0 8.60 0 0 6.01.01.11 Recoração exerção de indebitos AFRMM -precatórios 0 <td>6.01.01.04</td> <td>Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos</td> <td>-34.524</td> <td>-18.406</td> <td>-12.654</td>	6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-34.524	-18.406	-12.654
6.01.01.07 Baixa our resultado na alienação de bens do imobilizado 0.01.01.01 19.430 .202 .14.377 6.01.01.08 Despesa com plano de opção de ações 19.430 3.179 1.894 6.01.01.01 Luros, encargos e variação cambial, líquida 212.641 117.901 117.824 6.01.01.11 Recursos com subvenção AFRMM - aplicados 49.354 49.522 -31.341 6.01.01.12 Perda com cessão de direitos AFRMM - precatórios 0 8.160 0 6.01.01.12 Outros Variações nos Altivos e Passivos -11.810 13.554 -9.020 6.01.02.1 Aplicações financeiras -11.810 13.554 -9.020 6.01.02.2 Aplicações financeiras -7.66 -1.760 -5.338 6.01.02.0 Aplicações financeiras 59.457 -6.72 -2.536 6.01.02.0 Estoques -7.66 -1.760 -5.236 6.01.02.0 Tibutos a recuperar ou compensar 23.150 20.728 5.510 6.01.02.1 Pundo da Marinha Mercante - AFRMM 49.40 40.763 <	6.01.01.05	Provisão (reversão) para riscos e encargos financeiros/juros	-11.978	-5.969	-7.025
6.01.01.08 Despesa com plano de opção de ações 19.430 3.179 1.884 6.01.01.09 Recuperação de indébitos fiscais -268 -4.828 -33.990 6.01.01.01 Juros, encargos e variação cambial, líquida 212.410 117.901 117.824 6.01.01.11 Recursos com subvenção AFRMM - pricadors 49.354 49.552 -31.341 6.01.01.15 Perda com cessão de direitos AFRMM - precatórios 0 8.160 0 6.01.01.15 Outros -2.889 10.150 6.659 6.01.02.1 Aplicações financeiras 11.810 139.584 -9.020 6.01.02.1 Aplicações financeiras 0 0 6.358 6.01.02.01 Aplicações financeiras -59.457 -6.720 -5.318 6.01.02.02 Contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas -59.457 -6.720 27.550 6.01.02.02 Fundo da Marinha Mercante - AFRMM 45.432 80.822 15.528 6.01.02.02 Fundo da Marinha Mercante - AFRMM 45.432 80.02 15.582	6.01.01.06	Provisões operacionais	0	-10.264	7.349
6.01.01.019 Recuperação de indébitos fiscais -269 -4.828 -33.990 6.01.01.10 Juros, encargos e variação cambial, líquida 212.410 117.901 117.824 6.01.01.11 Recursos com subvenção AFRMM - aplicados -49.354 -49.522 -31.341 6.01.01.12 Perda com cessão de direitos AFRMM - pricatórios 0 8.160 0 6.01.02.15 Outros -2.889 10.150 6.659 6.01.02.10 Variações nos Ativos e Passivos -11.810 139.584 -9.020 6.01.02.10 Aplicações financeiras 0 0 0 -6.318 6.01.02.10 Estoques -766 -1.760 -5.238 6.01.02.05 Estoques -7676 -1.760 -5.238 6.01.02.06 Tributos a recuperar ou compensar 23.150 20.728 5.510 6.01.02.07 Fundo da Marinha Mercante - AFRMM 45.422 80.822 15.528 6.01.02.11 Salários e encargos sociais -1.147 6.01 -2.644 6.01.02.12 Impostos e contribuli	6.01.01.07	Baixa ou resultado na alienação de bens do imobilizado	0	-202	-14.377
6.01.01.10 Juros, enargos e variação cambial, líquida 212.410 117.901 117.824 6.01.01.11 Recursos com subvenção AFRMM - aplicados -49.354 -49.522 -31.341 6.01.01.12 Perda com cessão de direitos AFRMM - precatórios 0 8.160 0 6.01.01.15 Outros -2.889 10.150 6.659 6.01.02.02 Variações nos Ativos e Passivos -11.810 139.584 -9.020 6.01.02.01 Aplicações financeiras 0 0 6.318 6.01.02.02 Estoques -766 -1.760 -5.238 6.01.02.03 Estoques -766 -1.760 -5.238 6.01.02.04 Estoques recuperar ou compensar -766 -6.720 27.550 6.01.02.05 Fundo da Marinha Mercante - AFRMM 44.0783 8.8822 15.510 6.01.02.07 Fundo da Marinha Mercante - AFRMM -4.0783 0 0 6.01.02.10 Outros ativos -2.556 15.787 19.558 6.01.02.11 Salários e encargos sociais -1.047	6.01.01.08	Despesa com plano de opção de ações	19.430	3.179	1.894
6.01.01.11 Recursos com subvenção AFRMM - aplicados -49.524 -49.522 -31.341 6.01.01.12 Perda com cessão de direitos AFRMM - precatórios 0 8.160 0 6.01.01.15 Outros -2.889 10.150 6.659 6.01.02 Variações nos Alivos e Passivos 11.810 139.584 -9.020 6.01.02.01 Aplicações financeiras 0 0 0 6.318 6.01.02.02 Estoques -766 -1.760 -5.388 6.01.02.03 Estoques -59.457 -6.720 27.550 6.01.02.04 Tributos a recuperar ou compensar 23.160 20.728 5.510 6.01.02.07 Fundo da Marinha Mercante - AFRMM 45.432 80.822 15.528 6.01.02.08 Sinistros a recuperar 40.763 0 0 0 6.01.02.10 Outros ativos -2.556 15.787 19.558 6.01.02.11 Impostos e contribuições a recolher -1.047 6.001 -2.644 6.01.02.12 Impostos e contribuições a recolher <	6.01.01.09	Recuperação de indébitos fiscais	-269	-4.828	-33.990
6.01.01.12 Perda com cessão de direitos AFRMM-precatórios 0 8.160 0 6.01.01.15 Outros -2.889 10.150 6.669 6.01.02 Variações nos Ativos e Passivos -11.810 139.584 -9.020 6.01.02.01 Aplicações financeiras 0 0 6.318 6.01.02.02 Estoques -766 -1.760 -5.238 6.01.02.05 Contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas -59.457 -6.720 27.550 6.01.02.05 Tributos a recuperar ou compensar 23.150 20.728 5.510 6.01.02.07 Fundo da Marinha Mercante - AFRMM 45.432 80.822 15.528 6.01.02.08 Sinistros a recuperar -40.763 0 0 6.01.02.10 Outros ativos -2.556 15.787 19.558 6.01.02.11 Simple encargos sociais -1.047 6.001 -2.644 6.01.02.12 Impostos e contribuições a recolher -1.3873 -3.871 6.01.02.13 Depósitos judiciais -1.045 2.3073<	6.01.01.10	Juros, encargos e variação cambial, líquida	212.410	117.901	117.824
6.01.01.15 Outros -2.889 10.150 6.659 6.01.02 Variações nos Ativos e Passivos -11.810 139.584 -9.020 6.01.02.01 Aplicações financeiras 0 0 6.318 6.01.02.04 Estoques -766 -1.760 -5.238 6.01.02.05 Contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas -59.457 -6.720 27.550 6.01.02.06 Tributos a recuperar ou compensar 23.150 20.728 5.510 6.01.02.07 Fundo da Marinha Mercante - AFRMM 45.432 80.822 15.528 6.01.02.08 Sinistros a recuperar 40.763 0 0 6.01.02.10 Outros ativos -2.556 15.787 19.558 6.01.02.11 Salários e encargos sociais -1.047 6.01 -2.644 6.01.02.12 Impostos e contribuições a recolher -17.993 4.365 -13.873 6.01.02.13 Depósitos judiciais 16.752 369 -4.544 6.01.02.14 Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a par	6.01.01.11	Recursos com subvenção AFRMM - aplicados	-49.354	-49.522	-31.341
6.01.02 Variações nos Ativos e Passivos -11.810 139.584 -9.020 6.01.02.01 Aplicações financeiras 0 0 6.318 6.01.02.04 Estoques -766 -1.760 -5.238 6.01.02.05 Contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas -59.457 -6.720 27.550 6.01.02.06 Tributos a recuperar ou compensar 23.150 20.728 5.510 6.01.02.07 Fundo da Marinha Mercante - AFRMM 45.432 80.822 15.528 6.01.02.08 Sinistros a recuperar 40.763 0 0 6.01.02.10 Outros ativos -2.556 15.787 19.558 6.01.02.11 Salários e encargos sociais -1.047 6.001 -2.644 6.01.02.12 Impostos e contribuições a recolher -17.993 4.365 -13.873 6.01.02.13 Depósitos judiciais 16.752 369 -4.544 6.01.02.14 Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas 29.721 23.073 -32.715 6.01.02.16 Pagamentos de provisão para riscos 11.834 -11.834 <td>6.01.01.12</td> <td>Perda com cessão de direitos AFRMM -precatórios</td> <td>0</td> <td>8.160</td> <td>0</td>	6.01.01.12	Perda com cessão de direitos AFRMM -precatórios	0	8.160	0
6.01.02.01 Aplicações financeiras 0 0 -6.318 6.01.02.04 Estoques -766 -1.760 -5.238 6.01.02.05 Contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas -59.457 -6.720 27.550 6.01.02.06 Tributos a recuperar ou compensar 23.150 20.728 5.510 6.01.02.07 Fundo da Marinha Mercante - AFRMM 45.432 80.822 15.528 6.01.02.08 Sinistros a recuperar -40.763 0 0 6.01.02.10 Outros ativos -2.556 15.787 19.558 6.01.02.11 Salários e encargos sociais -1.047 6.001 -2.644 6.01.02.12 Impostos e contribuições a recolher -17.993 4.365 -13.873 6.01.02.13 Depósitos judiciais 16.752 369 -4.544 6.01.02.14 Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas 29.721 23.073 -32.715 6.01.02.16 Pagamentos de provisão para riscos -4.460 0 0 0 6.01.02.17 Outros passivos -7.504 -7.183 -7.11.834 <td>6.01.01.15</td> <td>Outros</td> <td>-2.889</td> <td>10.150</td> <td>6.659</td>	6.01.01.15	Outros	-2.889	10.150	6.659
6.01.02.04 Estoques -766 -1.760 -5.238 6.01.02.05 Contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas -59.457 -6.720 27.550 6.01.02.06 Tributos a recuperar ou compensar 23.150 20.728 5.510 6.01.02.07 Fundo da Marinha Mercante - AFRMM 45.432 80.822 15.528 6.01.02.08 Sinistros a recuperar -40.763 0 0 0 6.01.02.10 Outros ativos -2.556 15.787 19.558 6.01.02.11 Salários e encargos sociais -1.047 6.001 -2.644 6.01.02.12 Impostos e contribuições a recolher -17.993 4.365 -13.873 6.01.02.13 Depósitos judiciais 16.752 369 -4.544 6.01.02.14 Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas 29.721 23.073 -32.715 6.01.02.16 Pagamentos de provisão para riscos -4.460 0 0 6.01.02.17 Outros passivos -11.834 -11.834	6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.810	139.584	-9.020
6.01.02.05 Contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas -59.457 -6.720 27.550 6.01.02.06 Tributos a recuperar ou compensar 23.150 20.728 5.510 6.01.02.07 Fundo da Marinha Mercante - AFRMM 45.432 80.822 15.528 6.01.02.08 Sinistros a recuperar -40.763 0 0 6.01.02.10 Outros ativos -2.556 15.787 19.558 6.01.02.11 Salários e encargos sociais -1.047 6.001 -2.644 6.01.02.12 Impostos e contribuições a recolher -17.993 4.365 -13.873 6.01.02.13 Depósitos judiciais 16.752 369 -4.544 6.01.02.14 Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas 29.721 23.073 -32.715 6.01.02.16 Pagamentos de provisão para riscos -4.460 0 0 6.01.02.17 Outros passivos -11.834 -11.834	6.01.02.01	Aplicações financeiras	0	0	-6.318
6.01.02.06 Tributos a recuperar ou compensar 23.150 20.728 5.510 6.01.02.07 Fundo da Marinha Mercante - AFRMM 45.432 80.822 15.528 6.01.02.08 Sinistros a recuperar -40.763 0 0 6.01.02.10 Outros ativos -2.556 15.787 19.558 6.01.02.11 Salários e encargos sociais -1.047 6.001 -2.644 6.01.02.12 Impostos e contribuições a recolher -17.993 4.365 -13.873 6.01.02.13 Depósitos judiciais 16.752 369 -4.544 6.01.02.14 Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas 29.721 23.073 -32.715 6.01.02.16 Pagamentos de provisão para riscos -4.460 0 0 6.01.02.17 Outros passivos 177 -3.081 -11.834	6.01.02.04	Estoques	-766	-1.760	-5.238
6.01.02.07 Fundo da Marinha Mercante - AFRMM 45.432 80.822 15.528 6.01.02.08 Sinistros a recuperar -40.763 0 0 6.01.02.10 Outros ativos -2.556 15.787 19.558 6.01.02.11 Salários e encargos sociais -1.047 6.001 -2.644 6.01.02.12 Impostos e contribuições a recolher -17.993 4.365 -13.873 6.01.02.13 Depósitos judiciais 16.752 369 -4.544 6.01.02.14 Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas 29.721 23.073 -32.715 6.01.02.16 Pagamentos de provisão para riscos -4.460 0 0 6.01.02.17 Outros passivos 177 -3.081 -11.834	6.01.02.05	Contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas	-59.457	-6.720	27.550
6.01.02.08 Sinistros a recuperar -40.763 0 0 6.01.02.10 Outros ativos -2.556 15.787 19.558 6.01.02.11 Salários e encargos sociais -1.047 6.001 -2.644 6.01.02.12 Impostos e contribuições a recolher -17.993 4.365 -13.873 6.01.02.13 Depósitos judiciais 16.752 369 -4.544 6.01.02.14 Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas 29.721 23.073 -32.715 6.01.02.16 Pagamentos de provisão para riscos -4.460 0 0 6.01.02.17 Outros passivos 177 -3.081 -11.834	6.01.02.06	Tributos a recuperar ou compensar	23.150	20.728	5.510
6.01.02.10 Outros ativos -2.556 15.787 19.558 6.01.02.11 Salários e encargos sociais -1.047 6.001 -2.644 6.01.02.12 Impostos e contribuições a recolher -17.993 4.365 -13.873 6.01.02.13 Depósitos judiciais 16.752 369 -4.544 6.01.02.14 Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas 29.721 23.073 -32.715 6.01.02.16 Pagamentos de provisão para riscos -4.460 0 0 6.01.02.17 Outros passivos 177 -3.081 -11.834	6.01.02.07	Fundo da Marinha Mercante - AFRMM	45.432	80.822	15.528
6.01.02.11 Salários e encargos sociais -1.047 6.001 -2.644 6.01.02.12 Impostos e contribuições a recolher -17.993 4.365 -13.873 6.01.02.13 Depósitos judiciais 16.752 369 -4.544 6.01.02.14 Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas 29.721 23.073 -32.715 6.01.02.16 Pagamentos de provisão para riscos -4.460 0 0 6.01.02.17 Outros passivos 177 -3.081 -11.834	6.01.02.08	Sinistros a recuperar	-40.763	0	0
6.01.02.12 Impostos e contribuições a recolher -17.993 4.365 -13.873 6.01.02.13 Depósitos judiciais 16.752 369 -4.544 6.01.02.14 Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas 29.721 23.073 -32.715 6.01.02.16 Pagamentos de provisão para riscos -4.460 0 0 6.01.02.17 Outros passivos 177 -3.081 -11.834	6.01.02.10	Outros ativos	-2.556	15.787	19.558
6.01.02.13 Depósitos judiciais 16.752 369 -4.544 6.01.02.14 Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas 29.721 23.073 -32.715 6.01.02.16 Pagamentos de provisão para riscos -4.460 0 0 6.01.02.17 Outros passivos 177 -3.081 -11.834	6.01.02.11	Salários e encargos sociais	-1.047	6.001	-2.644
6.01.02.14 Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas 29.721 23.073 -32.715 6.01.02.16 Pagamentos de provisão para riscos -4.460 0 0 6.01.02.17 Outros passivos 177 -3.081 -11.834	6.01.02.12	Impostos e contribuições a recolher	-17.993	4.365	-13.873
6.01.02.16 Pagamentos de provisão para riscos -4.460 0 0 6.01.02.17 Outros passivos 177 -3.081 -11.834	6.01.02.13	Depósitos judiciais	16.752	369	-4.544
6.01.02.17 Outros passivos 177 -3.081 -11.834	6.01.02.14	Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas	29.721	23.073	-32.715
	6.01.02.16	Pagamentos de provisão para riscos	-4.460	0	0
6.02 Caixa Líquido Atividades de Investimento -89.397 -769.873 -46.203	6.01.02.17	Outros passivos	177	-3.081	-11.834
	6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-89.397	-769.873	-46.203

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-96.157	-157.219	-46.203
6.02.04	Aplicações financeiras	6.760	-612.654	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-105.102	508.554	-83.428
6.03.02	Amortização empréstimos e financiamentos	-70.917	-101.067	-82.891
6.03.03	Aumento de capital por subscrição de ações	3.117	679.053	30.186
6.03.05	Emissão de debêntures	71.400	90.474	0
6.03.06	Empréstimos captados	0	0	16.978
6.03.07	Obrigações com arrendamento mercantil	-61.380	-43.980	0
6.03.08	Custos na captação de debêntures	-2.414	-3.364	0
6.03.09	Custos diretos de emissão de ações	-828	-34.780	0
6.03.11	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-44.080	-77.782	-47.701
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	46.023	38.285	-34.524
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	55.315	17.030	51.554
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	101.338	55.315	17.030

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.310.322	-45.849	95.708	-1.043.621	367	316.927	120	317.047
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.310.322	-45.849	95.708	-1.043.621	367	316.927	120	317.047
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.180	19.430	0	0	0	21.610	0	21.610
5.04.01	Aumentos de Capital	3.117	0	0	0	0	3.117	0	3.117
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-937	0	0	0	0	-937	0	-937
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	19.430	0	0	0	19.430	0	19.430
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.950	2.322	15.272	34	15.306
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.951	0	12.951	49	13.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.322	2.322	0	2.322
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	-1	0	-1	-15	-16
5.05.03.02	Outros	0	0	0	-1	0	-1	-15	-16
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-95.708	95.708	0	0	0	0
5.06.04	Absorção de reserva de incentivos fiscais	0	0	-95.708	95.708	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.312.502	-26.419	0	-934.963	2.689	353.809	154	353.963

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	654.224	1.894	44.786	-1.054.750	-900	-354.746	119	-354.627
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	654.224	1.894	44.786	-1.054.750	-900	-354.746	119	-354.627
5.04	Transações de Capital com os Sócios	656.098	3.179	0	0	0	659.277	0	659.277
5.04.01	Aumentos de Capital	679.053	0	0	0	0	679.053	0	679.053
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-22.955	0	0	0	0	-22.955	0	-22.955
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.179	0	0	0	3.179	0	3.179
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.129	1.267	12.396	1	12.397
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.129	0	11.129	28	11.157
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.267	1.267	-27	1.240
5.05.02.06	Outros	0	0	0	0	1.267	1.267	-27	1.240
5.07	Saldos Finais	1.310.322	5.073	44.786	-1.043.621	367	316.927	120	317.047

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	624.038	-50.922	100.413	-1.065.457	-1.346	-393.274	47	-393.227
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-4.705	4.705	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	624.038	-50.922	95.708	-1.060.752	-1.346	-393.274	47	-393.227
5.04	Transações de Capital com os Sócios	30.186	0	1.894	0	0	32.080	0	32.080
5.04.01	Aumentos de Capital	30.186	0	1.894	0	0	32.080	0	32.080
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.002	446	6.448	72	6.520
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.002	0	6.002	72	6.074
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	446	446	0	446
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	446	446	0	446
5.07	Saldos Finais	654.224	-50.922	97.602	-1.054.750	-900	-354.746	119	-354.627

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	1.306.220	1.345.623	1.074.165
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.254.296	1.171.583	1.074.439
7.01.02	Outras Receitas	49.354	49.522	2.296
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	0	128.566	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.570	-4.048	-2.570
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-574.757	-631.335	-400.360
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-435.188	-541.714	-323.660
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.898	-13.413	-12.754
7.02.04	Outros	-118.671	-76.208	-63.946
7.02.04.01	Óleo combsutíveis e gases	-89.410	-86.065	-80.874
7.02.04.02	Reversão (constituição) de provisão para riscos	11.978	5.969	7.025
7.02.04.05	Outros	-41.239	3.888	9.903
7.03	Valor Adicionado Bruto	731.463	714.288	673.805
7.04	Retenções	-106.506	-98.663	-63.714
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-106.506	-98.663	-63.714
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	624.957	615.625	610.091
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	100.538	37.900	21.443
7.06.02	Receitas Financeiras	100.538	37.900	21.443
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	725.495	653.525	631.534
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	725.495	653.525	631.534
7.08.01	Pessoal	152.677	135.010	93.451
7.08.01.01	Remuneração Direta	111.544	91.286	65.676
7.08.01.02	Beneficios	34.007	37.438	22.081
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.126	6.286	5.694
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	110.215	150.490	65.159
7.08.02.01	Federais	49.181	95.319	18.067
7.08.02.02	Estaduais	48.780	43.549	35.206
7.08.02.03	Municipais	12.254	11.622	11.886
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	449.603	356.868	466.850

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.03.03	Outras	449.603	356.868	466.850
7.08.03.03.01	Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais passivas	315.077	184.685	196.936
7.08.03.03.02	Afretamentos, locações e arrendamentos	134.526	172.183	269.914
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.000	11.157	6.074
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	12.951	11.129	6.002
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	49	28	72



Relatório da Administração 2020

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2020



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

2020 foi um ano desafiador. Em meio ao cenário avassalador de pandemia, a Log-In performou com resiliência, atingindo resultados muito significativos, com recordes históricos em todos os seus negócios. Atingimos números em patamares nunca alcançados. Enfrentamos com resiliência e êxito o cenário adverso que afetou o mundo, as pessoas e os nossos negócios. E isso só foi possível por termos agido de forma tempestiva e, ao mesmo tempo, com organização, desenvolvendo um plano de crise e cenários de estresse muito bem estruturados.

Conquistamos um número considerável de novos clientes, ampliamos volume, trouxemos novas cargas, trocando cargas de setores mais afetados pela pandemia por outras essenciais, expandimos o mix, tornando a carteira mais diversificada e robusta. Criamos serviços de forma a melhorar a experiência do cliente e a gestão de sua carga de forma mais eficiente. Conseguimos crescer no segmento Feeder, bem como na Cabotagem. Desenvolvemos novos serviços no TVV, expandindo seu conceito para um terminal multimodal completo. E seguimos fortemente na luta da gestão eficaz de nossos recursos humanos, operações e financeiros, possibilitando fechar o ano com a retomada a volumes prépandemia e melhor preparados para lidar e aproveitar oportunidades com cenários incertos.

Em termos numéricos, ultrapassamos as metas programadas pré-pandemia, atingindo, em 2020, recorde de receita líquida de R\$ 1,13 bilhão, 7% melhor de 2019, e de EBITDA ajustado de R\$ 309,5 milhões, quase 25% maior que 2019. Também entregamos melhores volumes na Navegação e recordes expressivos no TVV.

Fazendo uma cronologia resumida de nossas realizações, iniciamos o plano de estresse em fevereiro, mesmo mês em que os Jovens Profissionais (Trainees) ingressaram à nossa Companhia, selecionados num universo de 15.000 inscritos. Em março, fizemos a Aquisição do Log-In Endurance, resultando, pela primeira vez em nossa história, numa operação com 100% de navios próprios e criamos, em paralelo, o Comitê de Crise. Ainda em março demos início ao projeto "Jeito Log-In de Encantar", que iniciou toda uma reestruturação no nosso atendimento, visando a centralidade no cliente que resultou em uma evolução considerável nos nossos indicadores de prestação de serviço. Em abril, seguimos desafiando o nosso time, criando um Campeonato de Vendas Comercial, de forma que as nossas estratégias fossem refletidas em planos de ação consistentes. Realizamos renegociações relevantes com fornecedores, gerando savings significativos. Também em abril, o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) deferiu a nossa solicitação de enquadramento na linha Standstill COVID-19 referente aos pagamentos do serviço da dívida para a construção de embarcações, compreendendo os meses de abril a setembro 2020. O montante aproximado de R\$50 milhões será pago pelo prazo remanescente do contrato, ou seja, de outubro de 2020 até junho de 2034. Já em maio e junho, enfrentamos a parada temporária de dois de nossos navios em função de casos de contaminação da tripulação pelo COVID 19. Após essas ocorrências, melhoramos nossos protocolos e procedimentos pré-embarque e não tivemos nenhuma nova parada por caso de COVID até então. Em junho, realizamos a 3ª Emissão de debêntures para a aquisição do navio "Log-In Endurance". Em paralelo, iniciamos um novo serviço da Navegação Costeira para o Paraguai. Tivemos, em julho, a atribuição de Rating 'BBB+(bra)' Estável pela Fitch Ratings. Nesse mesmo mês, iniciamos um processo de reestruturação organizacional, de sucessão bem definida, com a movimentação interna do novo CEO e migração do anterior para a Presidência de nosso Conselho de Administração, bem como da nova Diretoria Financeira focada no crescimento da Companhia. Um marco para a nossa história foi no mês de setembro, quando realizamos a renovação antecipada da Concessão do TVV até 2048. E, finalmente, em dezembro, encerramos o ano com recorde de disponibilidade operacional dos nossos navios, firmamos nossos primeiros contratos de Soluções 3PL e reduzimos acidentes rodoviários em 70% através da estruturação do plano de segurança intermodal.

Todas essas realizações somente foram possíveis graças a uma combinação de planejamento, disciplina financeira, competência operacional, trabalho duro e integrado de nossas equipes, incluindo o suporte de um plano robusto de clima organizacional e cuidado com os colaboradores, além do foco no cliente. Com o propósito de seguirmos implementando novas soluções logísticas, com foco total na segurança e eficiência operacional, temos certeza que, suportados por um time campeão, resiliente e comprometido para entregar os melhores resultados, seguiremos construindo relações rentáveis e sustentáveis.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2020



PERFORMANCE OPERACIONAL E FINANCEIRA

Volumes

Navegação

Em 2020 houve o crescimento no volume de contêineres transportados, sendo impulsionado pela Cabotagem e pelo Feeder. O bom resultado gerado no ano de 2020 demonstra a resiliência e a robustez da Companhia mesmo em um período tão desafiador devido à pandemia, onde foram sentidos impactos negativos em diversos segmentos.

Terminal de Vila Velha (TVV)

Resultado total (cheios mais vazios) de contêineres movimentados em 2020 foi o melhor resultado da Companhia nos últimos anos apesar de todos os desafios enfrentados. Ou seja, os principais negócios atendidos pelo Terminal tiveram um ano forte de demanda e o câmbio foi um fator a contribuir para o bom desempenho em 2020.

Receita Operacional Líquida (ROL)

Crescimento de 7,0% da ROL por conta do aumento da receita da Navegação Costeira (Contêiner), em função, principalmente, do maior volume transportado pelos navios no segmento Feeder e na Cabotagem; e do melhor mix nos segmentos Feeder e Mercosul aliado a impacto positivo da desvalorização do real nas receitas atreladas ao dólar.

Custo dos Serviços Prestados (CSP)

O aumento do CSP sem depreciação e amortização de 4,2% reflete, principalmente, os seguintes fatores: incremento de running costs dos navios, devido à entrada em operação dos navios próprios Log-In Polaris e Log-In Endurance e ao planejamento especial de prevenção à COVID-19; maior custo de bunker (combustível dos navios) devido à desvalorização do real, apesar da queda no preço médio do bunker no mercado; custos portuários com rebocadores e escalas no Mercosul, em função da desvalorização do real; e maior custo com transporte de contêineres vazios para equilibrar a disponibilidade desse item ao longo da costa.

Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais excluindo AFRMM, depreciação e amortização, foram 21,9% superiores à 2019, principalmente pelo reconhecimento de despesa não recorrente no 2T20, sem impacto no caixa em função do reconhecimento antecipado de custo de programa de plano de opções. Por outro lado, houve redução de despesas gerais e administrativas graças ao plano de ação focado em otimização das despesas e custos e reversões de contingências judiciais e PIS/COFINS.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro incluindo a variação cambial totalizou a despesa de R\$214 milhões em 2020, com desvalorização do real foi de aproximadamente 28,9%. Os pagamentos mensais do serviço da dívida (principal + juros) junto ao BNDES, no período de abril a setembro de 2020, ficaram suspensos devido à adesão à linha Standstill COVID-19, cujos valores passaram a ser pagos nas parcelas vincendas de outubro de 2020 e irão até junho de 2034. Aumento da receita financeira devido aos recursos do follow-on preservados no caixa.

Lucro (Prejuízo) do Período

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2020



No acumulado de 2020 foi registrado o lucro de R\$13 milhões. A variação pode ser explicada pelo aumento da receita financeira no período e pelo melhor resultado operacional (EBIT) alcançado, que foi superior ao resultado de 2019.

Investimentos

Em 2020, o CAPEX somou R\$103,0 milhões sendo composto, principalmente, por investimentos de capital referentes à aquisição do navio Log-In Endurance, que entrou em operação em 2020. Em 2019, o CAPEX totalizou R\$157,2 milhões, principalmente, devido aos investimentos destinados ao pagamento de parcelas do navio Log-In Polaris.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía uma dívida líquida de R\$685,5 milhões e uma dívida bruta de R\$1.395,2 milhões, com custo médio de 5,7% a.a., sendo 91% com amortização no longo prazo.

As dívidas de Construção Naval Descontinuada e dos Navios em Operação correspondem aos financiamentos junto ao BNDES com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) para construção de navios no Brasil. Parte desses financiamentos são fixados em dólares com vencimentos mensais até 2034. Sendo assim, apesar do impacto contábil relevante, essa variação cambial teve impacto caixa de apenas R\$3,2 milhões nas parcelas de 2020.

Comitê de Crise COVID-19 e Pessoas:

A Log-In, preocupada com o bem-estar dos seus colaboradores durante o período de pandemia, desenvolveu um plano especial com medidas preventivas relacionadas à COVID-19 em todas as frentes de atuação:



A primeira fase foi voltada para o entendimento e para a segurança de seu colaborador, que incluiu o monitoramento da doença e a estruturação de um Comitê de Crise, formado por uma equipe multidisciplinar, para acompanhar e seguir as diretrizes do Ministério da Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e para cuidar do bem-estar do time Log-In.

Medidas de redução da exposição dos colaboradores aos riscos de contágio começaram a ser imediatamente tomadas: viagens, eventos e reuniões foram cancelados e colocamos em sistema home office as pessoas com funções que permitam tal modelo de trabalho, priorizando os grupos de risco. Na operação portuária (TVV) e nos terminais intermodais (Guarujá e Itajaí) a Companhia reforçou as medidas de garantia da segurança individual. A Log-In tornou mais rígidas as medidas de prevenção, os protocolos e levou, desde então, informações para todos os colaboradores da Companhia, não só a respeito da COVID-19 e suas formas de contaminação e prevenção, mas também de todos os seus impactos psicossociais. Nessa fase, foram elaborados planos de contingência, com orientações de como lidar com emergências em caso de resultado positivo ao vírus para todas as áreas da Companhia.

E, tão logo a pandemia deslanchou, a Companhia iniciou a fase de produtividade. Essa fase une a manutenção das condições seguras de trabalho e a continuidade dos serviços prestados pela empresa, que foram considerados

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2020



essenciais pelo Governo. Foi necessário estabelecer uma nova forma de trabalhar, apoiada por tecnologias e instaurando agendas com a liderança e com todo time. O comitê reúne-se diariamente para monitorar o cenário, olhar os pontos de atenção e seus detalhes, discutir ações e medidas e, principalmente, implementá-las. Boletins diários, palestras online com especialistas, ações educativas, contatos com os familiares dos colaboradores embarcados, assistência psicológica, tudo sistematicamente pensado para viabilizar que os colaboradores possam proteger a si, seus familiares e ao coletivo também. A Log-In pensou em cada uma das pessoas que fazem o seu negócio acontecer, seja nos escritórios, no mar ou nos terminais. Pesquisas de clima foram aplicadas. O foco, fazendo uma analogia, em quem faz a Log-In navegar e não estar à deriva: "gente Log-In".

Uma terceira fase já está sendo trabalhada, denominada "novo normal". A Companhia está definindo planos para um retorno seguro de seus colaboradores que não estão diretamente ligados à operação quando chegar a hora. A Companhia segue trabalhando diariamente para aprimorar seus planos de gestão de crise. Afinal, segurança é condição de existência para a Log-In. Já tinha um plano e sempre terá um norte, pois faz parte de sua cultura a antecipação. No entanto, é fato que há sempre algo que se possa melhorar, há sempre uma lição nova a ser aprendida. Tudo isso para que a Log-In possa seguir firme em seu propósito, que é cuidar da sua gente.

TRANSPARÊNCIA

Com base nos seus principais valores, a Log-In possui um Programa de Integridade para pautar a condução dos negócios, reforçando a cultura da ética e da transparência. Sob a gestão da Auditoria Interna, um conjunto de iniciativas de *compliance* é integrado ao processo de tomada de decisão.

A Companhia possui estrutura, normativos implementados e disponíveis a todos os níveis da empresa, canal de denúncias terceirizado com Comitê de Ética atuante, treinamentos regulares e *due diligence* de terceiros e colaboradores.

Temas de *compliance* estão integrados com todas as áreas da Companhia, principalmente, jurídico, suprimentos, auditoria e riscos.

O Canal de Denúncias do grupo é um importante instrumento para que colaboradores e terceiros possam reportar descumprimentos do seu Manual de Conduta Ética e normativos. É administrado por uma empresa terceirizada, que garante o anonimato e a confidencialidade dos dados informados. Todas as investigações são acompanhadas pelo Comitê de Ética.

A Log-In possui um processo estruturado de Gestão de Riscos que se baseia nos princípios do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), com o objetivo de mitigar a materialização negativa de impactos econômico financeiros, operacionais, socioambientais, regulatórios, de *compliance* e de imagem.

ESG

A Companhia deu o passo inicial para a implementação de sua Agenda ESG. A Log-In desenvolveu, ao longo do quarto trimestre de 2020, com o apoio de uma consultoria independente de referência, o Diagnóstico do ESG e Roadmap de ações a serem implementadas ao longo dos anos 2021, 2022 e 2023.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As ações da Log-In são listadas no Novo Mercado da B3, portanto a Companhia tem o compromisso de buscar o aprimoramento constante de suas práticas de Governança Corporativa e do seu relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, órgãos públicos e empregados, assim como as demais partes envolvidas em seus negócios.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2020



INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

	Consolidado				
	31.12.2020	AV	31.12.2019	AV	AH
ATIVOS					
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	101.337	5%	55.315	3%	83%
Aplicações financeiras	608.334	28%	608.167	32%	0%
Contas a receber de clientes	204.941	9%	145.484	8%	41%
Estoques	22.229	1%	21.463	1%	4%
Tributos a recuperar ou compensar	49.363	2%	54.780	3%	(10%)
Fundo da marinha mercante – AFRMM	15.688	1%	14.027	1%	12%
Sinistros a recuperar	41.964	2%	1201	0%	3394%
Outros ativos circulantes	14.931	1%	12.375	1%	21%
Total dos ativos circulantes	1.058.787	48%	912.812	48%	16%
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	3.878	0%	10.805	1%	(64%)
Fundo da marinha mercante – AFRMM	16.030	1%	13.887	1%	15%
Tributos a recuperar ou compensar	16.780	1%	34.513	2%	(51%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	238.964	11%	171.752	9%	39%
Depósitos judiciais	19.881	1%	36.633	2%	(46%)
Outros ativos não circulantes	14	0%	1.607	0%	(99%)
Ativos de direito de uso - Arrendamento mercantil	194.729	9%	102.258	5%	90%
Imobilizado	633.468	29%	599.197	31%	6%
Intangível	23.982	1%	28.613	1%	(16%)
Total dos ativos não circulantes	1.147.726	52%	999.265	52%	15%
TOTAL DOS ATIVOS	2.206.513	100%	1.912.077	100%	15%

	Consolidado				
	31.12.2020	AV	31.12.2019	AV	AH
PASSIVOS					
CIRCULANTES					
Salários e encargos sociais	27.511	1%	28.558	1%	(4%)
Impostos e contribuições a recolher	28.386	1%	16.656	1%	70%
Fornecedores e provisões operacionais	185.675	8%	155.904	8%	19%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	132.814	6%	98.675	5%	35%
Obrigações com arrendamento mercantil	40.712	2%	31.079	2%	31%
Dividendos propostos	12	0%	0	0%	0%
Outros passivos circulantes	1.014	0%	374	0%	171%
Total dos passivos circulantes	416.124	19%	331.246	17%	26%
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores e provisões operacionais	0	0%	50	0%	(100%)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.257.289	57%	1.157.918	61%	9%
Obrigações com arrendamento mercantil	153.567	7%	57.918	3%	165%
Provisões para riscos	14.709	1%	35.510	2%	(59%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.851	0%	7.886	0%	38%
Outros passivos não circulantes	10	0%	4.502	0%	(100%)
Total dos passivos não circulantes	1.436.426	65%	1.263.784	66%	14%
TOTAL DOS PASSIVOS	1.852.550	84%	1.595.030	83%	16%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	1.312.502	59%	1.310.322	69%	0%
Reserva de capital	24.503	1%	5.073	0%	383%
Reserva de incentivos fiscais	0	0%	95.708	5%	(100%)
Ações em tesouraria	(50.922)	(2%)	(50.922)	(3%)	0%
Prejuízos acumulados	(934.963)	(42%)	(1.043.621)	(55%)	(10%)
Ajustes acumulados de conversão	2.689	0%	367	0%	633%
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	353.809	16%	316.927	17%	12%
Participações de acionistas não controladores	154	0%	120	0%	28%

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2020



TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	353.963	16%	317.047	17%	12%
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.206.513	100%	1.912.077	100%	15%

ATIVO

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um aumento do ativo de 15% ou R\$294.436 mil em relação a 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu devido, principalmente, aos fatores descritos a seguir:

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa aumentou 83% ou R\$46.022 mil, passando de R\$55.315 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$101.337 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido às postergações de pagamentos ao BNDES (*Standstill*).

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber de clientes aumentou 41% ou R\$59.457 mil, passando de R\$145.484 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$204.941 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu principalmente devido ao crescimento do volume transportado na cabotagem, melhor mix de clientes e impacto da valorização do dólar.

Sinistros a recuperar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de sinistros a recuperar aumentou 3.394% ou R\$40.763 mil, passando de R\$1.201 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$41.964 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu principalmente devido celebração de Termo de Ajuste de Conduta ("TAC") com o MPF no valor de R\$ 19.000 e de acordo substitutivo com IBAMA no valor de R\$ 22.448, decorrentes do acidente com o navio Log-In Pantanal, em Santos - SP, no ano de 2017.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Tributos a recuperar ou compensar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de tributos a recuperar ou compensar reduziu 51% ou R\$17.733 mil, passando de R\$34.513 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$16.780 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido as compensações dos tributos sobre o lucro do exercício.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos aumentou 39% ou R\$67.212 mil, passando de R\$171.752 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$238.964 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido à atualização do Plano de Negócios corroborando a expectativa de rentabilidade futura e realização deste ativo fiscal nos próximos dez exercícios sociais. As premissas desse Estudo Técnico, aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo, levaram em consideração os expressivos volumes já praticados nas operações do Grupo Log-In.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de depósitos judiciais reduziu 46% ou R\$16.752 mil, passando de R\$36.633 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$19.881 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido ao êxito em ação judicial (receitas de *demurrage*).

Ativos de direito de uso - Arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de ativos de direito de uso - arrendamento mercantil aumentou 90% ou R\$92.471 mil, passando de R\$102.258 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$194.729 mil em 31 de dezembro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2020



de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido à postergação da vigência de contratos para os aluguéis de contêineres e a mensuração do termo aditivo ao contrato de arrendamento de área pública do TVV.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de imobilizado aumentou 6% ou R\$34.271 mil, passando de R\$599.197 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$633.468 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido à aquisição da embarcação Log-In Endurance de propriedade de empresa controlada.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um aumento de passivo e patrimônio líquido de 15% ou R\$294.436 mil em relação a 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu devido, principalmente, aos fatores descritos a seguir:

PASSIVO CIRCULANTE

Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de impostos e contribuições a recolher apresentou um aumento de 70% ou R\$11.730 mil, passando de R\$16.656 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$28.386 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu devido ao IRPJ e a CSLL devidos sobre o lucro apurado no Terminal de Vila Velha - TVV referente de 2020.

Fornecedores e provisões operacionais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de fornecedores e provisões operacionais apresentou um aumento de 19% ou R\$29.771 mil, passando de R\$155.904 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$185.675 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu devido ao aumento na prestação e serviços e aquisição de materiais no último trimestre do ano, além do efeito cambial sobre os gastos indexados ao dólar.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentou um aumento de 35% ou R\$34.139 mil, passando de R\$98.675 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$132.814 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido à emissão da 3ª debênture e ao efeito cambial sobre financiamentos indexados à moeda estrangeira.

Obrigações com arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de obrigações com arrendamento mercantil apresentou um aumento de 31% ou R\$9.633 mil, passando de R\$31.079 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$40.712 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido à postergação da vigência de contratos para os aluguéis de contêineres além do efeito cambial e à mensuração do contrato de arredamento de área pública do TVV.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentou um aumento de 9% ou R\$99.371 mil, passando de R\$1.157.918 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.257.289 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido à emissão da 3ª debênture e ao efeito cambial sobre financiamentos indexados à moeda estrangeira.

Obrigações com arrendamento mercantil

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2020



Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de obrigações com arrendamento mercantil apresentou um aumento de 165% ou R\$95.649 mil, passando de R\$57.918 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$153.567 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido à postergação da vigência de contratos para os aluguéis de contêineres além do efeito cambial e à mensuração do contrato de arredamento de área pública do TVV.

Provisões para riscos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de provisões para riscos apresentou uma redução de 59% ou R\$20.801 mil, passando de R\$35.510 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$14.709 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido a finalização do acordo celebrado entre sua subsidiária - TVV e o Sindicato dos Trabalhadores Portuários, culminando na reversão de R\$ 10.088 de provisão de perda provável trabalhista. Deste montante R\$6.400 se refere ao principal e R\$3.688, a correção monetária. O saldo residual de R\$2.921 foi transferido para outros passivos circulantes, uma vez que a obrigação se tornou exigível, e o valor de R\$1.443 foi pago no trimestre.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 12%, passando de R\$317.047 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$353.963 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$36.916 mil. Esse aumento ocorreu devido a absorção do resultado do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

			Consolidado		
	Ex	ercícios fin	dos em 31 de dezem	bro de	
	2020	AV	2019	AV	AH
Operações continuadas					
Receita líquida	1.126.179	100%	1.052.204	100%	7%
Custo dos serviços prestados	(893.277)	(79%)	(854.222)	(81%)	5%
LUCRO BRUTO	232.902	21%	197.982	19%	18%
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	49.354	4%	49.522	5%	0%
Despesas administrativas e comerciais	(101.883)	(9%)	(89.126)	(8%)	14%
Recuperação de indébitos fiscais	269	0%	4.828	0%	(94%)
Outras receitas (despesas), líquidas	12.118	1%	9.277	1%	31%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	192.760	17%	172.483	16%	12%
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	21.465	2%	5.856	1%	267%
Despesas financeiras	(114.838)	(10%)	(128.212)	(12%)	(10%)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(120.911)	(11%)	(24.429)	(2%)	395%
	(214.284)	(19%)	(146.785)	(14%)	46%
DECLUTADO ANTEC DOCUMBOCTOS	(24.524)	(20()	25.600	20/	(40.40()
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(21.524)	(2%)	25.698	2%	(184%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	(29.723)	(3%)	(32.947)	(3%)	(10%)
Diferido	64.247	6%	18.406	2%	249%
	34.524	3%	(14.541)	(1%)	(337%)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.000	1%	11.157	1%	17%

Receita líquida

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida da Companhia aumentou 7, % ou R\$73.975 mil, passando de R\$1.052.204 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$1.126.179 mil,

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2020



no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao crescimento do volume transportado na cabotagem.

Custo dos serviços prestados

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o custo dos serviços prestados da Companhia aumentou 5% ou R\$39.055 mil, passando de R\$854.222 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$893.277 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à contratação de tripulação para as novas embarcações, além de tripulação extra para manter a operação caso ocorra uma contaminação pelo COVID 19, acompanhada pelo discreto aumento do custo com óleo combustível (bunker), uma vez que o aumento do dólar foi em boa parte amenizado pela redução do custo do barril do petróleo.

Lucro bruto

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o lucro bruto da Companhia aumentou 18% ou R\$34.920 mil, passando de R\$197.982 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$232.902 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

Administrativas e comerciais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas administrativas e comerciais da Companhia aumentaram 14% ou R\$12.757 mil, passando de R\$89.126 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$101.883 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente devido a antecipação do 1º programa de opção de ações (ILP), um evento não recorrente.

Resultado operacional antes do resultado financeiro líquido

O lucro operacional antes do resultado financeiro líquido da Companhia apresentou uma variação de R\$20.277 mil ou aumento de 12%, representando um lucro operacional de R\$192.760 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um lucro operacional de R\$172.483 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu devido aos fatos acima descritos.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido negativo da Companhia apresentou uma variação de R\$67.499 mil ou aumento de 46%, representando um resultado financeiro líquido negativo de R\$214.284 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um resultado líquido negativo de R\$146.785 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos fatos descritos abaixo.

Receitas financeiras

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, as receitas financeiras aplicadas da Companhia aumentaram 267% ou R\$15.609 mil, passando de R\$5.856 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$21.465 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos rendimentos da aplicação financeira dos recursos oriundos da oferta de ações (*"Follow on"*) realizada em 2019.

A Companhia está preservando os recursos do *Follow-on* realizado em 2019, devido a pandemia, uma vez que a disciplina financeira e a consequente preservação do caixa são extremamente importantes para a evolução saudável dos negócios, e neste contexto está reavaliando o seu projeto de crescimento em função dos desdobramentos da crise econômica provocada pela pandemia da COVID19.

Despesas financeiras

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas financeiras aplicadas da Companhia reduziram 10% ou R\$13.374 mil, passando de R\$128.212 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$114.838 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente,

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2020



devido a redução dos indexadores vinculados aos contratos de financiamentos firmados com o BNDES para construção de embarcações, no percentual de 1,02%aa (TJLP) e de 2,50%(CDI).

Variações monetárias e cambiais, líquidas

As variações monetárias, cambiais, líquidas da Companhia apresentaram uma variação de R\$96.482 mil ou um aumento de 395%, representando uma perda de R\$120.911 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma perda de R\$24.429 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu, principalmente, em função da desvalorização do Real de 29% (R\$5,1967 em 31/12/2020 versus R\$4,0307 em 31/12/19).

Destacamos que o efeito caixa em 2020 foi baixo por termos empréstimos e financiamentos indexados à moeda estrangeira e de longo prazo, gerando uma variação cambial não realizada (sem efeito caixa) relevante. Adicionalmente, ressaltamos que o enquadramento ao Standstill COVID-19 deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES), resultou na postergação dos pagamentos (principal + juros) das parcelas de 13 de abril de 2020 até 10 de setembro de 2020 do financiamento obtido, junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM), para construção de embarcações. O montante de aproximadamente R\$50 milhões será capitalizado e pago dentro do prazo remanescente do contrato, obedecendo o cronograma de pagamento de cada contrato.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia apresentou uma variação de R\$47.222 mil ou aumento de 184%, representando um prejuízo de R\$21.524 mil no exercício social findo em 30 de dezembro de 2020, comparado a ao lucro de R\$25.698 mil no exercício social findo em 30 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos fatos acima descritos.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia diminuiu R\$49.065 mil ou 337%, alcançando uma receita de R\$34.524 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 comparado a uma despesa de R\$14.451 mil exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao reconhecimento de créditos de com IR/CSLL Diferidos conforme atualização estudo técnico (Plano de Negócios) - aprovado pelo Conselho de Administração do grupo Log-In - corroborando a expectativa de rentabilidade futura e a realização destes ativos fiscais nos próximos dez exercícios sociais

Lucro líquido do exercício

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o lucro da Companhia aumentou em 17% ou R\$1.843 mil, passando de R\$11.157 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$13.000 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	Conso	Consolidado	
	2020	2019	 AH (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	240.522	299.604	(20%)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(89.397)	(769.873)	(88%)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamentos	(105.102)	508.554	(121%)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	46.023	38.285	20%

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 o aumento de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondia a R\$46.023 mil, comparado ao aumento de caixa e equivalentes de caixa de R\$38.285 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, conforme descrito a seguir:

Atividades operacionais

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2020



O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou uma diminuição de R\$59.082 mil ou 20% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 se comparado a 31 de dezembro 2019, passando de R\$299.604 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$240.522 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, em função de maior utilização de capital de giro em suas operações, além do aumento dos tributos sobre o lucro do exercício, com base no crescimento do resultado da Companhia.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um aumento de R\$680.476 mil ou 88% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 se comparado a 31 de dezembro de 2019, passando de uma aplicação de R\$769.873 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para uma aplicação de R\$89.397 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, em decorrência da obtenção de recursos através de oferta de ações ao mercado realizada pela Companhia no ano de 2019.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos apresentou uma diminuição de R\$613.659 mil ou 121% se comparado o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, passando de uma geração de R\$508.554 mil em 31 de dezembro de 2019 para uma aplicação de R\$105.102 mil em 31 de dezembro 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, em decorrência da obtenção de recursos através de oferta de ações ao mercado realizada pela Companhia no ano de 2019, atenuada pelo enquadramento ao Standstill COVID-19 deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES), que resultou na postergação dos pagamentos (principal + juros) das parcelas de 13 de abril de 2020 até 10 de setembro de 2020 do financiamento obtido, junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM), para construção de embarcações.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas ("Log-In" ou "Companhia") são prestadoras de serviços marítimos de cabotagem e longo curso (Mercosul), além de operarem terminais terrestres e portuários no Brasil. A Companhia oferece soluções logísticas integradas ("one stop shop") para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta, ou seja, por meio marítimo complementado pela ponta rodoviária, bem como armazenagem de carga em terminais portuários. A Companhia possuía seis navios próprios em operação até 31 de dezembro de 2020 e conforme divulgado na nota explicativa Nº 28 adquiriu nova embarcação em 2021. A Log-In ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem seus títulos negociados na bolsa de valores de São Paulo - B3 S.A. - sob o código LOGN3.

2. DESTAQUES

A Administração destaca alguns assuntos importantes nesta divulgação anual:

Aquisição de Embarcação (Log-In Endurance)

A subsidiária Log-In International GmbH ("Log-In GmbH"), sediada na Áustria, concluiu no dia 05 de março de 2020 a compra de uma embarcação porta-contêiner, adquirida da Lomar Shipping pelo valor de US\$13,1 milhões. A companhia incorreu, ainda, em aproximadamente R\$2,4 milhões relacionados a demais custos necessários para colocar o navio em operação. O navio possui capacidade nominal de 2.800 TEUs e foi construído no estaleiro chinês Guangzhou Wenchong Shipyard, cujo início das operações ocorreu em maio de 2020. A aquisição do Log-In Endurance faz parte do plano de negócios e de adequação da frota atual da Companhia, através da gestão eficaz de seus ativos estratégicos, com foco na excelência operacional, contribuindo para o desenvolvimento do modal da navegação de Cabotagem brasileira, bem como do fortalecimento da Marinha Mercante do Brasil.

Enquadramento na linha Standstill COVID -19

Em 14 abril de 2020, o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) deferiu a nossa solicitação de enquadramento ao Standstill COVID-19, com postergação dos pagamentos (principal + juros) das parcelas de 13 de abril de 2020 até 10 de setembro de 2020 do financiamento obtido, junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM), para construção de embarcações. O montante de aproximadamente R\$50 milhões foi capitalizado e será pago dentro do prazo remanescente do contrato, obedecendo o respectivo cronograma de pagamento de cada um dos mesmos.

Emissão de debêntures

Em maio de 2020, a Log-In realizou sua 3ª emissão de debêntures para recompor o caixa da Companhia decorrente da aquisição da nova embarcação (Log-In Endurance). O valor total captado foi de R\$71.400, totalmente subscrito em junho de 2020.

Renovação do contrato de arrendamento da subsidiária Terminal de Vila Velha ("TVV")

Em 22 de setembro de 2020, o Terminal de Vila Velha, localizado no porto organizado de Vitória - ES, assinou Aditivo ao Contrato de Arrendamento celebrado com a União Federal do Brasil em 1998, por intermédio do Ministério de Infraestrutura, prorrogando o prazo de vigência deste arrendamento portuário por mais 25 anos, ou seja, até setembro de 2048 e estabelecendo o compromisso de investimento inicial de aproximadamente R\$83 milhões para aquisição de novos equipamentos e sistemas para a melhoria da produtividade operacional. Além disso, ao longo do novo prazo contratual, serão aplicados aproximadamente R\$434 milhões para assegurar a manutenção, atualização e/ou substituição dos ativos necessários para a realização das atividades portuárias. Para esse aditivo a Administração concluiu pela necessidade de aplicação do CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado, sendo primeiramente as demonstrações financeiras consolidadas e posteriormente as da controladora.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão da Companhia.

3.2 BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Os conselheiros têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, total expectativa de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

3.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, com os saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Para as controladas do exterior que atuam em ambiente econômico estável e possuem moeda funcional distinta da Controladora, as demonstrações do resultado são convertidas para Reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

Para a controlada Log-In Mercosur, que atua em ambiente de economia hiperinflacionária (Argentina), os demonstrativos financeiros foram preparados pela administração daquela investida na moeda funcional daquele país e posteriormente convertidos para a moeda de apresentação da controladora utilizando os preceitos previstos pelo CPC 42 — Contabilidade em economia hiperinflacionária (IAS 29).

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da alienação dos investimentos.

3.4 BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas na data base de até 31 de dezembro de 2020 de cada exercício. Outras informações sobre as controladas da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 11.

O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o seu controle e termina quando o perde. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle e até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As participações minoritárias em controladas são identificadas separadamente da participação da Companhia nessas controladas. O valor contábil das participações minoritárias corresponde ao valor dessas participações no reconhecimento inicial acrescido da parcela de variações subsequentes no patrimônio líquido das participações minoritárias.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



3.5 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções logísticas integradas ("one stop shop") para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta. Com vistas a proporcionar a intermodalidade aos clientes (solução de transporte porta-a-porta), a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, rodoviários de curta distância, terminais terrestres, terminais portuários e armazenagem.

Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes. As informações reportadas à alta Administração para alocar recursos e avaliar o desempenho da Companhia considera essa intermodalidade dos serviços prestados como um único segmento operacional.

3.6 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ("DFC")

A Companhia classifica na demonstração dos fluxos de caixa os juros pagos e os mútuos obtidos como atividade de financiamento, os mútuos concedidos como atividade de investimento e os dividendos recebidos como atividade operacional. Sendo assim, a Companhia entende que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros, os dividendos recebidos representam uma extensão de suas atividades operacionais, os mútuos obtidos são úteis para prever as exigências sobre futuros fluxos de caixa, bem como para gerir sua capacidade financeira, utilizando recursos externos com objetivo de financiar as atividades operacionais e de financiamento e os mútuos concedidos representam aumento e/ou diminuição dos ativos de longo prazo (não circulantes) que a empresa utiliza para produzir bens e serviços.

3.7 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.8 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas. Essas práticas contábeis são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores, exceto pelo divulgado na nota explicativa 3.9 referente ao contrato de arrendamento da controlada TVV.

a) IFRS/CPC novas e alteradas em vigor no exercício corrente

A partir de 1º de janeiro de 2020, estão vigentes as seguintes novas normas e alterações:

- Alterações à IFRS 3 Definição de negócios;
- Alterações à IAS 1 e IAS 8 Definição de material;
- Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS;
- Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 Reforma da Taxa de Juros de Referência.

A partir de 1º de junho de 2020, está vigente a seguinte alteração:

 Alterações ao IFRS 16 - Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos à arrendatários em contratos de arrendamento.

A adoção dessas novas normas contábeis e alterações não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020 e períodos comparativos.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



b) IFRS/CPC novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e alterações a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

IFRS 17 - Contratos de Seguros

A norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021.

 IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros.

3.9 RECLASSIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Arrendamento mercantil - TVV

Com o objetivo de aprimoramento das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reacessou as condições operacionais, comerciais e legais presentes no contrato de arrendamento do TVV em função da renovação do contrato assinada em 22 de setembro de 2020, originalmente classificada como ICPC01, e concluiu quanto à modificação da prática contábil originalmente adotada para CPC 06 (R2) / IFRS16 - Arrendamentos, de forma prospectiva, conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

Para fins de comparabilidade de suas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia efetuou a reclassificação do saldo classificado como ativo intangível para ativo de direito de uso – arrendamento mercantil e do saldo de outros passivos circulantes e não circulantes para obrigações com arrendamento mercantil no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, conforme divulgado na tabela abaixo.

A demonstração do fluxo de caixa e a demonstração do valor adicionado consolidados não foram reapresentadas, pois este ajuste se trata apenas de uma reclassificação entre contas patrimoniais, cuja a natureza não gera efeito nas movimentações dos grupos da DFC ou nos saldos finais de caixa e equivalente caixa, assim como nos montantes adicionados e distribuídos na DVA, que justificassem a reapresentação destas respectivas demonstrações.

A demonstração do resultado, do resultado abrangente e da mutação do patrimônio não foram reapresentadas em função da reclassificação acima por não terem impacto contábil.

Essas reclassificações foram identificadas e efetuadas nas demonstrações financeiras intermediárias a partir de 30 de setembro de 2020. Assim, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 incluem, para fins de comparação, os valores divulgados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e os valores reapresentados para o mesmo período.

As mudanças efetuadas que resultaram em reclassificações no balanço patrimonial estão resumidas a seguir e não tiveram impactos em caixa e equivalentes de caixa e nem nas demonstrações financeiras da controladora:

				Consolidado
	Notas	31.12.2019	Reclassificação	31.12.2019
		(Original)		(Reclassificado)
ATIVOS				
CIRCULANTES				
Total dos ativos circulantes		912.812	-	912.812
NÃO CIRCULANTES				
Ativos de direito de uso - Arrendamento mercantil	14	100.253	2.005	102.258
Intangível	13	30.618	(2.005)	28.613
Total dos ativos não circulantes		999.265	-	999.265
TOTAL DOS ATIVOS		1.912.077	-	1.912.077

NOTAS EXPLICATIVAS





				Consolidado
	Notas	31.12.2019	Reclassificação	31.12.2019
		(Original)		(Reclassificado)
PASSIVOS				
CIRCULANTES				
Obrigações com arrendamento mercantil	14	30.605	474	31.079
Outros passivos circulantes		848	(474)	374
Total dos passivos circulantes		331.246	-	331.246
NÃO CIRCULANTES				
Obrigações com arrendamento mercantil	14	57.918	2.885	60.803
Outros passivos não circulantes		4.502	(2.885)	1.617
Total dos passivos não circulantes		1.263.784	-	1.263.784
TOTAL DOS PASSIVOS		1.595.030	-	1.595.030
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18			
Capital social		1.310.322	-	1.310.322
Reserva de capital		5.073	-	5.073
Reserva de incentivos fiscais		95.708	-	95.708
Ações em tesouraria		(50.922)	-	(50.922)
Prejuízos acumulados		(1.043.621)	-	(1.043.621)
Ajustes acumulados de conversão		367	-	367
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		316.927	-	316.927
Participações de acionistas não controladores		120	-	120
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		317.047		317.047
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.912.077	-	1.912.077

b) Demonstração do fluxo de caixa das demonstrações financeiras comparativas

Adicionalmente, a Administração entendeu ser adequado, de acordo com a natureza da variação de depósitos judiciais ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, reclassificar as informações comparativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de atividade de investimentos para atividades operacionais, conforme demonstrado abaixo:

			Consolidado
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	31.12.2019	Reclassificação	31.12.2019
	(Original)		(Reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	299.235	369	299.604
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(769.504)	(369)	(769.873)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	508.554	-	508.554
			Controladora
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	31.12.2019	Reclassificação	31.12.2019
	(Original)		(Reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	238.075	3.285	241.360

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas na experiência e conhecimento da Administração, demonstrações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

(761.622)

559.749

(3.285)

(764.907)

559.749

NOTAS EXPLICATIVAS





As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia e suas controladas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas explicativas sendo apresentadas

Estimativas e julgamentos contábeis críticos	Nota explicativa
Mensuração das perdas de crédito esperadas ("PCE")	06
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	10
Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	10
Determinação da vida útil dos ativos imobilizado e intangível	12
Premissas para testes de recuperabilidade de ativos imobilizado	12
Taxa de desconto incremental utilizada para mensurar as obrigações com arrendamentos	14
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	17
Remuneração baseada em ações	20

COVID-19

No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os casos de coronavírus ("COVID-19") foram reportados mundialmente e desde então se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de vários países impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imagina-se que seja significativo.

Ato contínuo, o Governo Brasileiro estabeleceu que alguns serviços essenciais não poderiam paralisar suas operações durante o período de crise e isolamento social provocado pela pandemia, dentre estes estão enquadrados os serviços de logística. Desta forma, a Companhia e suas subsidiárias continuam operando com todas as suas embarcações e terminais, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

A Companhia obteve sucesso na execução do seu plano definido para o período de pandemia, sendo os principais resultados e ações tomadas pela Administração a seguir descritas:

- A receita líquida consolidada acumulada em 31 de dezembro de 2020 aumentou 7,03% comparada ao mesmo período do ano anterior, sendo R\$1.126.179 e R\$1.052.204, respectivamente;
- Estratégia comercial focada em captar volumes das indústrias menos afetadas pela pandemia;
- Houve uma redução de 38,44% da provisão para perda esperada de clientes, sendo 41,31% deste total referente a baixa de recebíveis;
- Recorremos a diferimentos no pagamento de tributos de acordo com as Medidas Provisórias liberadas pelo Governo (Federal, Estadual e Municipal), e conforme cronograma de vencimento desses tributos (no montante total de R\$9.589), os pagamentos voltaram a ocorrer a partir do 3º trimestre de 2020 e foram liquidados ainda em 2020;
- A variação cambial acumulada em 31 de dezembro 2020 teve impacto contábil relevante, porém com reduzido efeito caixa, devido ao enquadramento ao Standstill COVID-19 deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES), que resultou na postergação dos pagamentos (principal + juros) das parcelas de 13 de abril até 10 de setembro de 2020 do financiamento obtido, junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM), para construção de embarcações. O montante de aproximadamente R\$50 milhões foi capitalizado e será pago dentro do prazo remanescente do contrato de financiamento, obedecendo o seu cronograma de pagamento;
- Estamos preservando os recursos do "Follow-on" realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, pois acreditamos que em épocas de crises como na atual pandemia, a disciplina financeira e a consequente preservação do caixa são extremamente importantes para a evolução saudável dos negócios, e neste contexto estamos reavaliando o nosso projeto de crescimento em função dos desdobramentos da crise econômica provocada pela pandemia da COVID19 (chamamos atenção a nota explicativa Nº 28 de eventos subsequentes);
- Não tivemos impactos negativos na cadeia logística até 31 de dezembro de 2020. A capacidade de atendimento foi mantida na navegação e no rodoviário.;
- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas por conta da pandemia;

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



- Redução de custos dos negócios e de despesas gerais e administrativas, inclusive por meio do cancelamento de todas as viagens então consideradas não essenciais; e
- Durante as operações do mês findo em 31 de janeiro de 2021, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração (não auditado), não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações adicionais por eventos subsquentes nessas demonstrações financeiras.

Um dos valores fundamentais da Companhia é a segurança, dessa forma, estamos adotando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. Seguem as principais medidas já adotadas pela Companhia:

- Criação de Comitê de Crise com reuniões diárias e acompanhamento semanal ou quinzenal com a liderança;
- Disponibilização de boas práticas ligadas a gestão da emoção, ergonomia, gerenciamento de tarefas e administração do tempo para os colaboradores da organização;
- Aplicação do Home Office para as atividades administrativas desde 16 de março de 2020;
- Realização de desinfecção e aplicação de vacina contra gripe H1N1 nos terminais e disponibilização de máscara para os colaboradores;
- Planejamento especial para os marítimos, com medidas preventivas relacionadas à COVID-19, durante o processo de troca da tripulação dos navios.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment* de seus ativos, descontinuidade operacional ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020. A Administração da Companhia tem analisado e tomado as ações efetivas para preservar a integridade de seus colaboradores e de terceiros, além dos seus ativos, bem como preservando sua liquidez visando o compromisso de pagamentos de seus passivos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa, mensurados ao custo amortizado, compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor.

As aplicações financeiras são inicialmente mensuradas a valor justo e, subsequentemente, de acordo com as suas respectivas classificações:

- Custo amortizado: fluxos de caixa que constituem o recebimento, em datas especificadas, de principal e
 juros sobre o valor do principal em aberto e o modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de
 receber seus fluxos de caixa contratuais. A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros
 efetivos;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: títulos nos quais a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes;
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais significativos títulos e valores mobiliários.

Composição de caixa e equivalentes de caixa

		Consolidado		Consolidado		Controladora
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019		
Caixa e bancos	26.152	7.299	4.939	1.723		
Aplicações financeiras	75.185	48.016	60.897	47.721		
	101.337	55.315	65.836	49.444		

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 109% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro 2019) e em debêntures compromissadas vinculadas ao CDI, com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 79% do CDI em ambos exercícios

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Composição das aplicações financeiras

		Consolidado		Controladora
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Custo amortizado	3.878	10.805	2.722	9.678
Valor justo por meio do resultado	608.334	608.167	608.334	608.167
	612.212	618.972	611.056	617.845
Circulante	608.334	608.167	608.334	608.167
Não circulante	3.878	10.805	2.722	9.678

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a investimentos em CDB, com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 105% do CDI (100,2 % em 31 de dezembro de 2019).

Parte substancial dessas aplicações financeiras, no montante de R\$608.334, são oriundas dos recursos da emissão de ações realizada pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e serão destinadas à expansão estratégica da Companhia. Sendo assim, no julgamento da administração estas não atendem aos critérios de equivalentes de caixa definidos no item 7 do CPC 03(R2).

O saldo de aplicações financeiras no "não circulante" refere-se ao colateral dado em garantia na operação de contratação de cartas fianças, junto aos Bancos ABC e Daycoval, para garantia de processos judiciais. Até março de 2020, a carta fiança contratada com o Banco ABC para garantia do financiamento junto ao BNDES/FMM, possuía um colateral em aplicação financeira vencida em abril de 2020, que foi substituída pela carta fiança contratada junto ao Banco Safra e sem colateral no mesmo período.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

Contas a receber de clientes representam os valores a receber pelos serviços prestados pela Companhia. O contas a receber é reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao mensurar a Perdas de Crédito Esperadas ("PCE") a Companhia usa demonstrações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante da não concretização do efetivo pagamento pelos seus clientes. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCE, que é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período de tempo específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. O histórico de perdas de valores a receber de clientes é inferior a 1% da receita anual .

A Companhia constituiu provisão (PCE) para todas as contas a receber glosadas e valores decorrentes de serviços adicionais (custos extras) vencidos há mais de 180 dias, uma vez que a experiência histórica indicou que essas contas a receber em geral não são recuperáveis. No 2º trimestre de 2020, a Companhia baixou os valores a receber ajuizados contra a PCE constituída anteriormente, por considerar sua recuperabilidade remota.

Composição

		Consolidado		Controladora
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Contas a receber de clientes	211.955	156.877	142.973	123.729
Provisão para perdas de crédito esperadas	(7.014)	(11.393)	(6.887)	(7.905)
	204.941	145.484	136.086	115.824

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



		Consolidado		Controladora
"Aging list" do contas a receber de clientes	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Valores a vencer	166.282	121.722	106.339	97.651
Valores vencidos:				
De 0 a 30 dias	17.188	15.184	10.447	11.865
De 31 a 90 dias	6.262	5.735	6.120	5.267
De 91 a 180 dias	11.913	5.052	10.095	3.738
De 181 a 360 dias	6.829	4.935	6.764	3.779
Acima de 360 dias	3.481	4.249	3.208	1.429
	211.955	156.877	142.973	123.729

		Consolidado		Controladora
Movimentação das perdas de crédito esperadas	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Saldos iniciais	(11.393)	(18.745)	(7.905)	(13.962)
Adições (reversões), líquidas	2.570	(4.048)	2.456	(4.034)
Baixas em contas a receber	1.809	11.400	(1.438)	10.091
Saldos finais	(7.014)	(11.393)	(6.887)	(7.905)

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Composição

As principais transações da Companhia com partes relacionadas são oriundas de prestação de serviços com empresas controladas relacionadas na nota explicativa nº 11.

				Controladora
		31.12.2020		31.12.2019
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Terminal de Vila Vella S.A. (a)	14.075	70.682	8.855	56.671
Log-In Mercosur (b)	9.461	9.854	3.727	10.300
Log-In International GmbH. (c)	71.028	4.170	22	17
Log-In Uruguay (d)	270	808	90	423
Log-In Navegação (e)	7.140	11.580	7.917	664
Log-In Marítima (f)	18.169	13.185	6.640	1.868
	120.143	110.279	27.251	69.943
Circulante	49.115	61.050	27.251	31.435
Não circulante	71.028	49.229	-	38.508

Os saldos ativos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020 referem-se, basicamente, as seguintes transações:

- (a) Dividendos a receber junto ao Terminal de Vila Velha S.A. no montante de R\$12.069, compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$1.225 e reembolso de despesas no valor de R\$781, transações essas sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- (b) Dividendos a receber junto a Log-In Mercosur no montante de R\$6.138, serviço de frete no valor de R\$1.583 e R\$1.740 de limpeza de container, transações sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- (c) Mútuo no valor de R\$71.028 correspondente a U\$\$13.668 mil, com encargos equivalentes a 2% a.a. mais taxa libor, com vencimento em 31 de dezembro de 2026.
- (d) Valores a receber junto a Log-in Uruguay decorrentes de reembolsos de despesas administrativas, transações essas sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- (e) Valores a receber no montante de R\$418 e reembolso de despesas no valor de R\$6.722 junto a Log-in Navegação decorrentes principalmente do compartilhamento de despesas administrativas, transações sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- (f) Distribuição de lucros aos sócios no montante de R\$11.451, valores a receber decorrentes do compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$478 e conta corrente com controlada referente a reembolso de despesas da embarcação "Log-In Polaris" no valor de R\$6.240, sem a incidência de juros/atualização com prazo de vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Os saldos passivos com partes relacionadas referem-se basicamente as seguintes transações:

- (a) Mútuos no montante de R\$49.228, com encargos equivalentes a 104% do CDI; e valores a pagar no montante de R\$21.454 referentes a movimentação de carga e descarga de contêineres, sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- (b) Serviços de operações portuárias no valor de R\$9.083 e comissão de vendas no valor de R\$771, sem incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- (c) Valores a pagar referentes a afretamento de embarcação com a controlada, sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- (d) Valores a pagar referentes a afretamento de embarcação com a controlada no montante de R\$11.233, e reembolso de despesas no valor de R\$347, sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- (e) Valores a pagar referentes a afretamento de embarcação com a controlada no montante de R\$9.245 e reembolso de despesas no valor de R\$3.940, sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.

Segue reflexos contábeis registrados no resultado da Companhia, decorrentes de transações com partes relacionadas:

		Controladora			
	31.12.	.2020	31.12.2	2019	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	
Log-In Navegação	140	(9.080)	-	(33.363)	
Log-In International GmbH	1.426	(5.855)	-	(2.070)	
Terminal de Vila Velha S.A.	3.896	-	-	(4.342)	
Log-In Mercosur S.R.L.	571	(796)	429	(817)	
Log-In Uruguay	116	-	-	-	
Log-In Marítima	-	(18.089)	-	-	
	6.149	(33.820)	429	(40.592)	

Transações com partes relacionadas – por natureza	Controladora				
	31.12.2	020	31.12.2	019	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	
Frotos o corridos	4.724	(32.486)	429	(38.757)	
Fretes e serviços Receitas financeiras	1.426	(32.486)	429	(38./3/)	
Despesas Financeiras	-	(1.334)	-	(1.835)	
	6.149	(33.820)	429	(40.592)	

O saldo de mútuo a pagar com a controlada TVV teve a seguinte movimentação no exercício:

	Saldo em	Captação,	Juros	Pagamento de	Saldo em
	31/12/2019	líquida IOF	incorridos	mútuos	31/12/2020
Mútuos com controladas	38.508	48.827	2.000	(40.107)	49.228

O saldo de mútuo a receber com a controlada Log-In International GmBH teve a seguinte movimentação no exercício:

	Saldo em	Transferência	Juros	Pagamento de	Saldo em
	31/12/2019	líquida IOF	incorridos	mútuos	31/12/2020
Mútuos com controladas	-	69.636	1.392	-	71.028

A remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo benefícios de curto e longo prazos, está demonstrada no quadro a seguir:

	Consoli	Consolidado		dora
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Remuneração e bônus	18.253	8.985	18.253	8.985
Plano de opção de ações	19.430	3.179	19.430	3.179
	37.683	12.164	37.683	12.164

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



8. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

Composição

		Consolidado		Controladora		
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019		
Imposto de renda e contribuição social	321	176	194	49		
PIS e COFINS	21.032	21.915	7.842	11.445		
PIS e COFINS - Armadores estrangeiros (a)	37.045	62.412	-	-		
Contribuição - salário educação	3.099	3.052	-	-		
Outros	4.646	1.738	3.567	1.341		
	66.143	89.293	11.603	12.835		
Circulante	49.363	54.780	11.603	12.835		
Não circulante	16.780	34.513	-	-		

⁽a) Este saldo se refere a indébitos fiscais a recuperar da controlada TVV decorrentes de contribuições (PIS e COFINS) sobre serviços prestados para armadores estrangeiros. O aproveitamento desse crédito pelo TVV está sendo feito mediante compensação com tributos federais e a parcela não realizada nos próximos 12 meses está classificada no ativo não circulante.

9. ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - "AFRMM"

Política contábil

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) foi instituído pelo Decreto-lei nº 2.404/1987 e disciplinado pela Lei nº 10.893/2004. Com as alterações trazidas pelas Leis nº 12.599/2012 e 12.788/2013, a administração das atividades relativas à cobrança, fiscalização, arrecadação, restituição e ressarcimento do AFRMM passou a ser de responsabilidade da Receita Federal do Brasil (RFB).

O AFRMM destina-se a atender aos encargos da intervenção da União no apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval brasileira e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

A Companhia aufere 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes, cujos montantes podem apenas ser utilizados na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita subvencionada na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia.

O benefício do AFRMM é reconhecido no ativo e passivo circulantes quando da liberação para a conta vinculada dos recursos a receber do Fundo da Marinha Mercante - FMM, bem como os valores a receber do FMM referentes às amortizações de financiamentos efetuados com recursos próprios da Companhia.

Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado quando da amortização dos financiamentos, à medida que ocorre o cumprimento das obrigações previstas na legislação específica.

As subvenções para investimento não estão sujeitas à tributação, devendo ser registradas como reservas de lucros até o limite do lucro líquido do exercício, conforme nota explicativa nº 18. O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação vigente a essa subvenção.

Composição

	Consolidad	o e Controladora
	31.12.2020	31.12.2019
Balanço patrimonial - Ativos:		
AFRMM a aplicar (parcela liberada)	15.688	14.027
AFRMM a aplicar	16.030	13.887
	31.718	27.914
Circulante	15.688	14.027
Não circulante	16.030	13.887

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



A movimentação dos recursos oriundos do AFRMM registrados pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, está assim demonstrada:

	Consolidado e	Controladora
	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	27.914	67.374
Adições/receita	49.354	49.522
Transferência para conta corrente	(45.432)	(59.295)
Cessão de direitos econômicos do precatório	-	(29.144)
Outros	(118)	(543)
Saldo final	31.718	27.914

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos e créditos fiscais sejam utilizáveis, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro base do registro contábil do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro baseia-se em estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados preparados pela administração.

Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitados a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável futuro projetado, baseado no planejamento de movimentação de contêineres e cargas, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos tais como taxas de câmbio, taxas de inflação e juros; e (iii) aspectos comerciais e tributários, esses quando alterados.

Além disso, a Companhia aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Log-In e suas controladas estão sujeitas a revisões das declarações de imposto de renda e de outros impostos e, portanto, podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão de diferenças na interpretação das leis e regulamentos tributários aplicáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS





Reconciliação do Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro (CSLL)

	Consolidado		Controladora	
_	2020	2019	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(21.524)	25.698	(27.585)	3.549
Crédito (despesas) IRPJ e CSLL à alíquota efetiva (34%)	7.318	(8.737)	9.379	(1.207)
Ajustes:				
Receitas subvenções fiscais (AFRMM aplicado)	16.780	16.838	16.780	16.837
Resultado de equivalência	-	-	26.401	(1.305)
Créditos sobre prejuízos fiscais não reconhecidos	(20.177)	(16.218)	(20.177)	(17.724)
Custos diretos de emissão de ações	-	11.825	-	11.825
Arredamento Mercantil - CPC 06(R2)	(3.420)	(6.438)	(3.990)	(6.438)
Reconhecimento de Saldo Negativo	1.023	-	1.023	-
Créditos prejuízos fiscais não reconhecidas anteriormente	24.971	-	6.552	-
Diferenças temporárias não reconhecidas anteriormente	1.432	-	-	-
Crédito presumido de ICMS	3.727	3.680	3.727	3.680
Outros	2.870	(15.491)	841	1.912
Imposto de renda e contribuição social no resultado	34.524	(14.541)	40.536	7.580
Corrente	(29.723)	(32.947)	(427)	(11.825)
Diferido	64.247	18.406	40.963	19.405

Composição

		Consolidado		Controladora
Impostos diferidos	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Balanço patrimonial - ativo (líquido):				
Prejuízos fiscais e bases negativas	190.397	164.770	171.074	164.770
Diferenças temporárias (a)	48.567	6.981	41.641	6.981
	238.964	171.752	212.715	171.752
Balanço patrimonial - passivo (líquido):				
Diferenças temporárias (b)	10.851	7.886	-	-
	10.851	7.886		

- (a) Diferenças temporárias ativas relacionadas basicamente às provisões operacionais e administrativas, provisões para riscos e variação cambial tributadas pelo regime de caixa.
- (b) Diferenças temporárias passivas relacionadas, basicamente, a recuperação (outras receitas) de indébitos fiscais tributadas conforme compensação dos créditos e depreciação acelerada de embarcação

A expectativa de realização desses créditos fiscais diferidos ativos, conforme estudo aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na data base de 31 de dezembro de 2020, está demonstrada conforme quadro abaixo:

	Consolidado	Controladora
Ano	31.12.2020	31.12.2020
2021	6.318	4.260
2022	8.728	6.551
2023	12.184	10.122
2024	20.985	18.607
2025	25.256	22.763
2026-2028	93.890	84.640
2029-2030	71.603	65.772
	238.964	212.715

As principais premissas do Estudo Técnico (Plano de Negócios) aprovado são:

- Premissas operacionais e econômicas que levaram em consideração uma operação com uma frota de setes embarcações próprias, trazidas no direito de tonelagem
- O navio Polaris construído em estaleiro chinês iniciou sua operação em dezembro de 2019 e além de incrementar a receita, proporciona a redução dos custos e das despesas operacionais, em função da sua modernidade e da sua maior capacidade de transporte, acarretando na diluição dos custos fixos.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



As bases e os impostos apresentados a seguir representam os créditos tributários não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020, em função da ausência de perspectiva de realização desses montantes no estudo técnico aprovado pelos órgãos de governança.

		Consolidado		Controladora
		Ativo fiscal diferido não		Ativo fiscal diferido não
Descrição	Base	reconhecido	Base	reconhecido
IRPJ	722.481	180.620	722.223	180.556
CSLL	722.481	65.023	722.223	65.000
Total		245.643		245.556

11. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

Política contábil

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. Para fins de mensuração do resultado de equivalência patrimonial, a Log-In e suas controladas utilizam a mesma data base.

Composição

	Atividade	Quantidade de	% d e
Entidades	principal	quotas/ações	participação
Log-In Internacional GmbH (a)	Logística	1	100,00
Log-In Mercosur S.R.L. (b)	Apoio portuário	567.819	94,00 ¹
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. (c)	Apoio portuário	100.000	100,00
Log-In Navegação Ltda. (d)	Cabotagem	10.000.000	100,00
Log-In Marítima Cabotagem Ltda. (e)	Cabotagem	10.000.000	99,999²
Terminal de Vila Velha S.A. (f)	Portuária e armazenagem	9.766.706	99,90

^{1) 6%} são detidos pela Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.

a) Log-In Internacional GmbH ("GmbH")

Empresa sediada na Áustria, com atuação no país ou no exterior e propósito de administrar, adquirir, vender ou alugar propriedade real e pessoal em todo o mundo, no campo da logística e especificamente em relação com as empresas do grupo Log-In.

b) Log-In Mercosur S.R.L. ("Log-In Mercosur")

Sociedade sediada na Argentina, com atuação na prestação de serviços de administração e logística, com assessoramento especializado no transporte, distribuição de materiais e equipamentos, por vias aérea, terrestre, marítima ou fluvial; no país ou exterior, além de armazenagem e despacho aduaneiro.

c) Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. ("Log-In Uruguay")

Empresa sediada no Uruguai, com atuação no país ou no exterior, cujo objeto consiste em participar de outras sociedades, assim como realizar e administrar todo tipo de atividades de investimentos em títulos e valores mobiliários, além de compra, venda, aluguel, administração, construção e operações com bens imóveis, exceto bens rurais.

d) Log-In Navegação Ltda. ("Log-NAV")

Sociedade sediada no Brasil cujo objeto consiste em explorar, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem de longo curso e fluvial, assim como agenciar e armar embarcações, promover a representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou assessórias, inerentes às suas atividades.

e) Log-In Marítima Cabotagem Ltda. ("Log-MAR")

Empresa sediada no Brasil, com atuação na exploração de embarcações próprias ou de terceiros, no comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem, de longo curso e fluvial, no agenciamento e armação de embarcações, na representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, operações de transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou assessórias, inerentes às suas atividades.

^{2) 0,001%} detidos pelo TVV.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



f) Terminal de Vila Velha S.A. ("TVV")

Empresa sediada no Brasil, que atua como operador portuário na exploração comercial dos berços 203 e 204 do cais de Capuaba, no Porto Organizado de Vitória, Espírito Santo e de suas instalações portuárias complementares e equipamentos destinados a movimentação de contêineres e carga geral diversa, além da operação de transporte multimodal.

Movimentação financeira das sociedades controladas

		31.12.2020				31.12.2019			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Ativo	Passivo	Patrimôni o Líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	
Log-In Internacional GmbH	136.606	87.078	49.528	(562)	73.875	15.352	58.524	(5.576)	
Log-In Mercosur S.R.L.	20.233	12.314	7.919	4.791	15.715	9.747	5.969	2.938	
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.	1.761	416	1.345	(240)	1.156	218	938	-	
Log-In Navegação Ltda	181.715	188.995	(7.280)	11.134	125.491	159.425	(33.934)	(27.957)	
Log-In Marítima Cabotagem Ltda	197.400	30.887	166.513	12.503	175.697	21.334	154.363	(1.049)	
Terminal de Vila Velha S.A.	339.249	180.555	158.694	50.358	248.266	127.850	120.416	28.007	

Movimentação dos investimentos em sociedades controladoras

	GmbH	Log-In Mercosul	Log-In Uruguay	Log-MAR	TVV	Log-NAV	Total
Saldos em 31/12/2018	64.093	3.521	945	41.431	114.510	(24.902)	199.598
Equivalência patrimonial	(5.574)	2.756	3	(1.049)	27.982	(27.958)	(3.840)
Dividendos propostos	(3.374)	2.750	-	(1.043)	(22.195)	(27.550)	(22.195)
Integralização de capital	_	_	_	_	(22.133)	4.538	4.538
Ajustes de conversão	_	(665)	(9)	_	_	4.556	(674)
Outros	(8.430)	(003)	(3)	_	_	_	(8.430)
Saldos em 31/12/2019	50.089	5.612	939	40.382	120.297	(48.322)	168.997
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	113.978	-	14.392	128.370
Saldos em 31/12/2019	50.089	5.612	939	154.360	120.297	(33.930)	297.367
			•••			(40,000)	
Saldos em 31/12/2019	50.089	5.612	939	40.382	120.297	(48.322)	168.997
Equivalência patrimonial	(561)	4.505	(240)	12.504	50.309	11.134	77.651
Dividendos propostos e	_	(4.344)		(11.451)	(12.069)	_	(27.864)
distribuição de lucros acumulados		(,		, ,	, ,	(6)	, ,
Aumento de capital	-	-	-	125.077 ^(a)	3	22.509 ^(b)	147.589
Ajustes de conversão	-	1.673	647	-	-	-	2.320
Saldos em 31/12/2020	49.528	7.446	1.346	166.512	158.540	(14.679)	368.693
Adiantamento para futuro						7.400	7.400
aumento de capital	-	-	-	-	-	7.400	7.400
Saldos em 31/12/2020	49.528	7.446	1.346	166.512	158.540	(7.279)	376.093
Investimentos (ativo)	49.528	7.446	1.346	166.512	158.540	-	383.372
Perda com investimento (passivo)	-	-	-	-	-	(7.279)	(7.279)

- (a) Do montante total, R\$113.978 e R\$11.099 correspondem a capitalizações em 2019 e 2020, respectivamente.
- (b) Do montante total, R\$14.392 e R\$8.117 correspondem a capitalizações em 2019 e 2020, respectivamente.

12. IMOBILIZADO

Política contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment).

Os gastos com grandes manutenções (docagem) planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das embarcações são reconhecidos no ativo imobilizado. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos de manutenção dos padrões originais de desempenho das embarcações são reconhecidos como despesas de manutenção no resultado do período.

NOTAS EXPLICATIVAS





As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal. Esses itens são depreciados de acordo com a vida útil do ativo imobilizado correspondente.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantém inalterada, em decorrência da atual idade das mesmas, das perspectivas de suas operacionalidades normais e da manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada, que é de vinte anos.

Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia não identificou indicadores de impairment.

Composição

	Taxas médias		Consolidado	(Controladora
	anuais	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Bens em operação:					
Embarcações	5%	628.967	558.222	164.303	164.303
Edificações e Instalações	6%	96.419	93.208	10.589	8.634
Máquinas e equipamentos	7%	79.912	76.098	3.496	2.436
Benfeitorias em embarcações afretadas	20%	88.472	82.100	80.767	80.767
Móveis e utensílios	10%	8.533	8.048	4.527	4.282
Equipamentos de processamento de dados	20%	39.515	38.171	20.387	19.974
Benfeitorias em imóveis locados de terceiros	10%	14.849	12.510	11.266	9.673
Veículos	20%	453	482	96	97
Outros bens	20%	1.273	1.146	746	747
		958.393	869.985	296.177	290.913
Imobilizações em curso		56.951	49.956	43.994	41.481
Imobilizado custo		1.015.344	919.941	340.171	332.394
Depreciação acumulada	·	(381.876)	(320.744)	(157.544)	(134.029)
Imobilizado líquido		633.468	599.197	182.627	198.365

Movimentação

							Consolidado	Controladora
	Embarcações	Edificações e	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias embarcações afretadas terceiros	Demais bens	lmobilizações em curso	Total	Total
Custo	Ziman eaçoco	otalaşoco	equipamentos	10.0005	50.10	c cu. sc		1010.
Saldos em 31/12/2018	421.662	91.298	72.007	46.060	47.828	120.557	799.412	313.450
Adições	-	-	-	-	66	155.372	155.437	19.275
Baixas e outros	-	-	-	-	(202)	-	(202)	-
Reclassificações	-	-	-	-	-	(829)	(829)	-
Transferências	170.436	1.911	4.091	36.040	12.666	(225.144)	-	-
Transferência arrendamento	(33.876)	-	-	-	-	-	(33.876)	-
Saldos em 31/12/2019	558.222	93.209	76.098	82.100	60.358	49.956	919.942	332.395
Depreciação acumulada								
Saldos em 31/12/2018	(130.806)	(30.398)	(53.319)	(29.554)	(39.336)	-	(283.413)	(119.886)
Adições	(33.352)	(3.614)	(4.747)	(9.196)	(3.568)	-	(54.477)	(28.754)
Baixas e outros	14.590	21	-	-	136	-	14.746	14.611
Transferência arrendamento	2.400	-	-	-	-	-	2.400	-
Saldos em 31/12/2019	(147.168)	(33.991)	(58.066)	(38.750)	(42.768)	-	(320.744)	(134.030)
Total em 31/12/2019	411.054	59.217	18.032	43.351	17.587	49.956	599.197	198.365

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



	~				~			
Total em 31/12/2020	445.111	58.031	18.581	37.336	17.458	56.951	633.468	182.627
Saldos em 31/12/2020	(183.856)	(38.388)	(61.331)	(51.136)	(47.165)	-	(381.876)	(157.546)
Adições	(36.688)	(3.755)	(3.906)	(12.383)	(4.399)	-	(61.131)	(23.517)
Depreciação acumulada								
Saldos em 31/12/2020	628.967	96.419	79.912	88.472	64.623	56.951	1.015.344	340.173
Transferências	1.401	3.211	3.814	6.372	4.249	(19.047)	0	0
Adições	69.344	-	-	-	17	26.042	95.403	7.779
Custo								

As principais imobilizações em curso em 31 de dezembro de 2020 são:

- R\$22.236 correspondente aos adiantamentos para construção de três navios porta-contêineres que estavam em construção pelo Estaleiro Ilha S.A. (EISA), líquido da provisão constituída em 2017 para perdas estimadas com realização dos ativos em construção (Cascos EI-506, EI-507 e EI-508).
- R\$5.048 decorrentes da docagem do Log-In Jatobá.
- R\$7.077 referentes a projetos para infraestrutura operacional.
- R\$1.091 referentes à aquisição de equipamentos em construção pela sua controlada TVV.

As principais imobilizações em curso em 31 de dezembro de 2019 são:

- R\$22.236, líquido da provisão constituída para perdas estimadas com realização dos ativos em construção (Cascos EI-506, EI-507 e EI-508) constituída em 2017 correspondente aos adiantamentos para construção de três navios porta-contêineres que estavam em construção pelo Estaleiro Ilha S.A. (EISA).
- R\$3.023 de gastos com docagens dos navios Jacarandá, Jatobá e Resiliente.

Provisão para perdas estimadas com realização de ativos em construção:

Em 12 de julho de 2017, a Companhia rescindiu o contrato de construção de 3 (três) embarcações junto ao estaleiro EISA, consequentemente, foi constituída provisão para perdas estimadas com a realização dos referidos ativos, como segue:

			Consolidado e	Controladora
	Indenização por		Materiais e	Provisão
	Cascos El-506, El-	inadimplemento	equipamentos no	para perdas
Descrição	507 e El-508	contratual, a receber	estaleiro	estimadas
Adiantamentos efetuados ao "EISA"	420.461	(59.632)	(22.236)	338.593
Encargos capitalizados	164.335	-	-	164.335
	584.796	(59.632)	(22.236)	502.928

A provisão para perdas estimadas está líquida do valor dessa indenização, assim como dos materiais e equipamentos levantados, no estaleiro, de aplicação nas referidas embarcações.

13. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

O Contrato de Arrendamento celebrado entre sua subsidiária TVV e a União Federal do Brasil em 1998, foi qualificado à época à luz da interpretação técnica - ICPC 01 (01), aplicável para Contratos de Concessão, a partir de 2011, o qual previa reconhecimento de ativo intangível e da respectiva obrigação com concessão portuária.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



O termo aditivo mencionado na nota explicativa nº 2 assinado em 22 de setembro de 2020, prorrogou o prazo de vigência deste contrato original por mais 25 anos e trouxe elementos qualificáveis à luz do CPC 06 (R2)/IFRS 16, aplicável para o pronunciamento contábil de arrendamentos. Desta forma, esse contrato e o seu respectivo aditivo foi avaliado pela Administração como um contrato de arrendamento e remensurado, tendo como consequência o reconhecimento de ativo de direito de uso e uma obrigação com arrendamento mercantil (circulante e não circulante), relacionado na nota explicativa nº 14.

As informações comparativas foram reclassificadas devido à remensuração do termo aditivo ao IFRS 6 (CPC 06 R2), confome relacionado na nota explicativa nº 3.9.

Composição

	Consolidado	Controladora
	Sistemas	Total
Custo		
Saldos em 31/12/2019 (Reclassificação)	120.600	111.083
Adições	3.837	2.974
Saldos em 31.12.2020	124.437	114.057
Amortização acumulada		
Saldos em 31/12/2019 (Reclassificação)	(91.987)	(85.834)
Adições	(8.468)	(7.581)
Baixas	-	-
Saldos em 31/12/2020	(100.455)	(93.415)
Total	23.982	20.642
Taxa média de amortização	20%	20%

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Política contábil

No início de um contrato, a Companhia avalia se esse instrumento é ou contém um arrendamento mercantil. Um contrato é ou contém um arrendamento quando a Companhia obtém o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período, em contrapartida de uma contraprestação.

A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início do contrato, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente amortizado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados à taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. Esses são classificados como circulante não circulante de acordo com os prazos das contraprestações.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Companhia passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

Em 22 de setembro de 2020, a controlada TVV assinou aditivo ao contrato de arrendamento portuário de 1998, prorrogando o prazo de arrendamento dos berços 203, 204 e 205 do Cais de Capuaba do Porto de Vitória por mais 25 anos, até setembro de 2048. Este termo aditivo está qualificado à luz do CPC 06 (R2), logo, mensurado e reconhecido como um ativo de direito de uso e uma obrigação com arrendamento mercantil.

As condições, prazos e limites estabelecidos no contrato estão garantidos por meio de carta de fiança contratada junto ao Banco Daycoval S.A., no limite de R\$ 3.1 milhões, acrescido de variação do IGPM para o período afiançado. Esse montante está disponível no caixa da controlada TVV, pois o contrato não prevê colateral para essa carta de fiança contratada junto à Instituição Financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS





As informações comparativas foram reclassificadas devido à remensuração do termo aditivo ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)), confome relacionado na nota explicativa nº 3.9.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As taxas incrementais são estimadas a partir da taxa de juros nominal livre de risco, adicionada do prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustadas para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, o prazo e a data de início de cada contrato.

Composição e movimentação dos ativos de direito de uso

						Co	onsolidado	Controladora
_	Equipamentos containers	Imóveis de escritório	Terminais portuários	Imóveis em terminais portuários	Equipamentos portuários	Embarcações	Total	Total
Custo								
Saldos em 31.12.2019 (Reclassificação Adições) 77.639 52.885	6.916 679	8.304 73.096	18.991 (206)	4.435	33.876 -	145.726 130.889	103.546 55.023
Saldos em 31.12.2020	130.524	7.595	81.400	18.785	4.435	33.876	276.615	158.569
Amortização acumulada								
Saldos em 31.12.2019 (Reclassificação Adições Baixas) (26.836) (24.510)	(2.564) (3.034)	(6.299) (1.256) (1.511)	(3.676) (3.531)	(2.884)	(4.093) (1.692)	(43.468) (36.907) (1.511)	(33.076) (31.905)
Saldos em 31.12.2020	(51.346)	(5.598)	(9.066)	(7.207)	(2.884)	(5.785)	(81.886)	(64.981)
	79.178	1.997	72.334	11.578	1.551	28.091	194.729	93.588
Taxas médias de amortização	45,23%	11,21%	3,57%	19,35%	75,00%	5,00%		

Composição das obrigações com arrendamento mercantil

		Consolidado		Controladora
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019
Equipamento de contêineres	89.242	53.442	89.242	53.442
Imóveis de escritório	2.318	4.649	2.318	4.649
Terminal portuário	72.325	3.359	-	-
Imóveis em terminais portuários	12.771	16.506	12.771	16.506
Equipamentos portuários	1.676	-	871	-
Embarcações (a)	15.947	13.926	-	-
	194.279	91.882	105.202	74.597
Circulante	40.712	31.079	35.565	27.652
Não circulante	153.567	60.803	69.637	46.945

(a) Em 19 de março de 2018, a controlada Log-In GmbH obteve financiamento junto a instituição financeira londrina (Bailrigg Leasing No.3 Limited), no montante de US\$5.100 (equivalentes em Euro 4.156 e R\$16.260), tendo como garantia a transferência da propriedade da embarcação NV Resiliente para a OCM. O prazo do financiamento é de 5 (cinco) anos, com amortização mensal de US\$60, acrescido de juros anuais "pro rata" pela Libor, conforme contrato pactuado entre as partes e a Controladora.

A Log-In GmbH detém os direitos de uso/operação da embarcação NV Resiliente, operação de "Sale lease back", firmados em contrato de afretamento a casco nu com a Bailrigg Leasing No. 3 Limited. As obrigações financeiras da Log-In GmbH são: (i) amortização da dívida em 5 (cinco) anos, em 60 parcelas fixas mensais, de US\$60 cada; e (ii) pagamento final de US\$1.500 (valor de recompra). Com a amortização total da dívida, no prazo ou de forma antecipada, haverá obrigatoriamente a transferência da propriedade da embarcação de volta para a Log-In GmbH, cujas regras para a recompra antecipada (opcional) ou no final do prazo contratual (obrigatória) estão definidas no referido contrato.

Movimentação obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado	Controladora	
Movimentação			
Saldos em 31.12.2019 (Reapresentado)	91.882	74.597	
Adições	130.889	55.023	
Juros e variação cambial no exercício	32.888	22.860	
Pagamentos no exercício	(61.380)	(47.278)	
Saldo em 31.12.2020	194.279	105.202	

NOTAS EXPLICATIVAS





Cronograma de vencimentos das obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado	Controladora
	31.12.2020	31.12.2020
2021	40.149	35.005
2022	34.049	29.699
2023	28.072	18.984
2024	9.403	8.667
2025 a 2048	82.606	12.847
Saldo em 31.12.2020	194.279	105.202

Pagamentos de arrendamentos de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor

	Consolidado		Contro	ladora
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Despesas arrendamentos de curto prazo e ativos subjacente de	7.162	11.487	6.660	9.287
baixo valor				

A tabela abaixo evidência as taxas praticadas entre os contratos de arrendamento, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Prazos contratos	Taxa % a.a.
1 ano	9,38%
2 anos	9,97%
3 anos	10,63%
4 anos	11,20%
5 anos	11,22%
7 anos	12,45%
14 anos	15,32%
28 anos	10,00%

■ Indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento

		31.12.2020		31.12.2019
Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	250.405	89.089	26.270	21.155
PIS/COFINS potencial (9,25%)	23.162	8.241	2.430	1.957

■ Comparativo entre os saldos do arrendamento mercantil considerando os fluxos com e sem a inflação

Passivo arrendamento mercantil	2020	2019
IFRS 16	89.089	21.155
Nota Explicativa	93.116	21.788
	4,52%	2,99%
Direito de uso líquido	2020	2019
IFRS 16	112.215	25.907
Nota Explicativa	117.287	26.862
	4,52%	2,99%
Despesa financeira	2020	2019
IFRS 16	7.109	2.823
Nota Explicativa	7.431	2.908
	4,52%	2,99%
Despesa de depreciação	2020	2019
IFRS 16	10.705	6.240
Nota Explicativa	11.189	6.427
	4,52%	2,99%
	•	•

Os fluxos acima apresentados foram apenas calculados sobre os arrendamentos de imóveis de escritórios, terminais portuários e imóveis em terminais portuários. Para os arrendamentos de contêineres não calculamos a inflação devido a sua contratação ter sido feita em Dólar e o pagamento deles serem remetidos a fornecedores estrangeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



15. FORNECEDORES E PROVISÕES OPERACIONAIS

Política contábil

Os saldos de fornecedores e provisões operacionais referem-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado, com método de taxa efetiva de juros, quando aplicável.

As provisões operacionais são decorrentes de custos portuários (navegação), rodoviários e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregue pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

Composição

		Consolidado		Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	
Fornecedores	110.421	126.137	68.948	79.613	
Acordo substitutivo IBAMA e MPF (a)	41.448	-	41.448	-	
Provisões operacionais:					
Gastos marítimos com transportes granel e contêineres	23.268	18.796	20.145	15.548	
Gastos rodoviários	4.921	4.964	4.921	4.964	
Gastos administrativos	1.505	2.908	1.151	1.824	
Outros gastos operacionais	4.112	3.149	243	271	
_	185.675	155.954	136.856	102.220_	
Circulante	185.675	155.904	136.856	102.213	
Não circulante	-	50	-	7	

⁽a) O passivo de R\$ 41.448 refere-se ao acordo substitutivo com IBAMA no total de R\$ 22.448 e ao termo de ajustamento de conduta no valor de R\$ 19.000 com o Ministério Público Federal, ambos eventos subsequentes e divulgados nas notas explicativas nº 27 e 28.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos, encargos, variações monetárias e cambiais. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação.

Composição

		Indexa-	Taxas e	Venci-	Consolidado			Controladora
	Moeda	dor	Encargos a.a	mento	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
BNDES/FMM (a)	R\$	TJLP	2,5% e 4,2%	Abr 2034	456.608	450.533	388.069	383.759
BNDES/FMM (a)	US\$	USD	2,5% e 4,2%	Abr 2034	427.896	333.073	352.804	275.557
Capital de giro (b)	R\$	CDI	127,5%	Mai 2023	346.259	383.372	298.408	330.464
Debêntures (c)	R\$	IPCA	10,0%	Jun 2029	89.555	87.890	89.555	87.890
Debêntures (c)	R\$	CDI	4,25%	Mai 2025	69.785	-	69.784	-
Deutsche Leasing	EUR	EUR	5,5%	Nov 2020	-	1.725	-	-
					1.390.103	1.256.593	1.198.620	1.077.670
Circulante					132.814	98.675	112.690	83.805
Não circulante					1.257.289	1.157.918	1.085.930	993.865

⁽a) Referem-se, principalmente, a recursos obtidos junto ao Fundo da Marinha Mercante ("FMM"), através de repasse de seu agente financeiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), principalmente, para construção de embarcações - BNDES/FMM.

NOTAS EXPLICATIVAS





- (b) Referem-se, principalmente, aos recursos contraídos perante as instituições financeiras Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e JIVE Asset Gestão de Recursos Ltda. Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 4 de junho de 2018, essas dívidas foram reestruturadas em 1 de junho de 2018. A reestruturação da dívida ocorreu nos termos dos entendimentos anteriormente firmados com os credores aderentes, objeto do Fato Relevante divulgado pela Companhia em 10 de novembro de 2017.
- (c) Em junho de 2019, a Log-In realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor total de R\$90 milhões, tendo sido subscrito o montante de R\$65 milhões em 25 de junho de 2019 e R\$25 milhões em 5 de agosto de 2019. A emissão teve como finalidade financiar o pagamento da última parcela do Log-In Polaris e os respectivos custos de importação. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, constituída por 90 (noventa mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em parcelas mensais, sendo a primeira parcela devida em 21 de julho de 2020 e a última parcela devida em 21 de junho de 2029, ou seja, de 10 (dez) anos contados da data de emissão em 21 de junho de 2019.

Em maio de 2020, a Log-In realizou sua 3ª emissão de debêntures, no valor total de R\$71,4 milhões, totalmente subscrito em junho de 2020. A emissão teve como finalidade reforçar o caixa da Companhia, em virtude do mútuo celebrado entre a Log-In e sua subsidiária para aquisição da embarcação do tipo porta-container (Log-In Endurance). Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 71,4 (setenta e um milhões e quatrocentos mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$1 (um real). As debêntures serão amortizadas em parcelas iguais nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 14 de agosto de 2021 e a última parcela devida em 14 de maio de 2025, ou seja, de 5 (anos) anos contados da data de emissão em 14 de maio de 2020.

Cronograma de amortizações do passivo não circulante

	Consolidado	Controladora
Parcelas vencíveis em	31.12.2020	31.12.2020
2022	137.923	118.296
2023	375.174	322.613
2024	109.275	94.583
2025	90.235	75.543
2026 a 2034	544.682	474.895
	1.257.289	1.085.930

Movimentação

31.12.2019 1.258.324	31.12.2020	31.12.2019
1 258 324		
1.230.32	1.077.670	1.057.997
91.087	73.259	90.474
(3.197)	(1.809)	(3.364)
(16.260)	-	-
13.033	78.637	10.813
88.245	56.586	76.830
(73.572)	(31.330)	(69.304)
(101.067)	(59.598)	(86.556)
4.210	15.877	4.990
(4.210)	(10.672)	(4.210)
1.256.593	1.198.620	1.077.670
	91.087 (3.197) (16.260) 13.033 88.245 (73.572) (101.067) 4.210 (4.210)	91.087 73.259 (3.197) (1.809) (16.260) - 13.033 78.637 88.245 56.586 (73.572) (31.330) (101.067) (59.598) 4.210 15.877 (4.210) (10.672)

⁽a) Operação de "Sale lease back" transferida para obrigações com arrendamento mercantil devido a adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 2019.

Garantias

BNDES/FMM

- 50,05% das ações do TVV (cascos 506, 507 e 508);
- 99,99% das quotas da Log-Mar (cascos 506, 507 e 508);
- Embarcações Log-In Jacarandá e Log-In Jatobá (cascos 504 e 505); e
- Fiança bancária no valor de face de R\$6.318 (cascos 506, 507 e 508).

Capital de giro

- 49,85% das ações do TVV;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes; e
- Equipamentos do TVV adquiridos na operação junto ao Deutsche Leasing (Reachstackers).

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



Debêntures - 2ª Emissão

- Alienação fiduciária do navio Polaris; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes.

Debêntures - 3ª Emissão

- Alienação fiduciária do navio Endurance; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes.

Cláusulas de covenants

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas restritivas de covenants que podem ocasionar antecipação de dívida. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter certos índices, conforme detalhado abaixo. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

BNDES/FMM

- Índice de cobertura do serviço da dívida (ICD) não inferior a 0,8 entre 2018 e 2020; e não inferior a 1,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício, nos termos da fórmula ICD = EBITDA – (IR+CSLL+Variação Capital de Giro) /Serviço da Dívida do Exercício).
- Índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 10,0 entre os anos de 2019 e 2020; e menor ou igual a 5,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício.

Capital de giro

- Dívida Líquida Ajustado/EBITDA não superior a 4,0. A dívida líquida utilizada para cálculo do índice não considera a dívida junto ao BNDES/FMM, assim como o EBITDA não considera o AFRMM e resultado não operacional; este índice é calculado ao final de cada semestre.
- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 2,5. Para cálculo desse índice são considerados os índices apenas da controlada TVV; este índice é calculado ao final de cada semestre.

Debêntures - 2ª Emissão

Dívida Líquida/EBITDA não superior a 6,0. O EBITDA é o resultado relativo aos últimos 12 meses anteriores à data de apuração. O EBITDA utilizado para cálculo do índice não considera o resultado não operacional; entende-se como resultado não operacional: venda de ativos, provisões/ reversões de contingências sem efeito caixa no curto prazo, impairment, ganhos por valor justo/atualização de ativos (sem efeito caixa) e despesas reestruturação. O índice é calculado ao final de cada trimestre.

Debêntures - 3ª Emissão

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5. O EBITDA é o resultado relativo aos últimos 12 meses anteriores à data de apuração. Para cálculo do índice considera-se o melhor EBITDA apurado, podendo considerar ou não o resultado não operacional;
- EBITDA/Despesa Financeira não inferior a 1,5. O EBITDA é o resultado relativo aos últimos 12 meses anteriores à data de apuração. Para cálculo do índice considera-se o melhor EBITDA apurado, podendo considerar ou não o resultado não operacional:
- Dívida Líquida/Patrimônio Líquido não superior a 4,7. O Patrimônio Líquido representa os valores que os acionistas detêm na empresa relativos ao último período apurado;
- Os índices são calculados ao final de cada trimestre, a partir de junho de 2020.

17. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Política contábil

Uma provisão é reconhecida no momento em que uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, for considerada provável pela Administração e seus assessores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e for possível estimar seu valor de maneira confiável. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das operações e, com respaldo dos seus assessores jurídicos a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas.

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

Composição das provisões para riscos

			nsolidado	Controladora	
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total	Total
Saldos em 31/12/2019	34.691	808	11	35.510	6.056
Adições	294	-	391	685	(28)
Transferências (a)	(4.363)	-	-	(4.363)	-
Reversões (a)	(8.939)	(417)	-	(9.356)	(116)
Reversão (constituição) encargos financeiros/juros (a)	(3.651)	319	25	(3.307)	120
Pagamentos (b)	(3.718)	(368)	(374)	(4.460)	(2.062)
Total	14.314	342	53	14.709	3.970

- (a) Em junho de 2020, foi finalizado o acordo celebrado entre sua subsidiária TVV e o Sindicato dos Trabalhadores Portuários, culminando na reversão de R\$ 10.088 de provisão trabalhista classificada como perda provável. Deste montante, R\$6.400 se refere ao principal e R\$3.688, a correção monetária. O saldo residual de R\$2.921 foi transferido para outros passivos circulantes, uma vez que a obrigação se tornou exigível, e o valor de R\$1.443 foi pago no trimestre.
- (b) A grande representatividade das provisões para riscos registradas na Controladora se refere a natureza trabalhista.
- Trabalhistas (outras): reclamações de empregados por não pagamento de horas extras, pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- Tributárias: tributos preteridos na transferência de bens e mudanças na base de cálculo de contribuições para o PIS e a COFINS.
- Cíveis: demandas relacionadas a acidentes e ações indenizatórias nas operações da Companhia.

Em 23 de março de 2007, a Companhia firmou com a Vale S.A. ("Vale") um acordo, por meio do qual essa se comprometeu a indenizar a Log-ln, por toda e qualquer perda, prejuízo, danos, custos, despesas e outras obrigações de caráter pecuniário, que a Companhia venha a sofrer em decorrência de decisão transitada em julgado dos processos judiciais, administrativos ou arbitragens dos quais a Companhia é ou será parte e cujo fato gerador tenha ocorrido antes da publicação do Anúncio de Encerramento da oferta pública de ações em 25 de julho de 2007. À medida que perdas efetivas ocorrerem decorrentes desses processos a Companhia irá informar à Vale para fins de reembolso. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Log-ln não tem registrado qualquer montante a receber da Vale considerando que essas causas em 31 de dezembro não apresentam perdas efetivas a Companhia .

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



Passivos contingentes

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

		Consolidado		Controladora
Natureza	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhistas	132.310	137.355	39.516	48.069
Tributárias	127.258	110.160	84.643	83.004
Cíveis	42.879	30.335	38.812	28.262
	302.447	277.850	162.971	159.335

Ativos contingentes

A Companhia ajuizou em 17 de novembro de 2006 ação — Processo 0022150-93.2006.4.02.5101 - contra a União para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, destacado em nota fiscal. No Mandado de Segurança os pedidos apresentados visam (i) que lhe seja assegurado o direito de não mais incluir os montantes relativos ao ICMS nas bases de cálculo das contribuições PIS/COFINS; e (ii) que seja reconhecido o direito à compensação dos valores recolhidos nos 5 (cinco) anos que precederam ao ajuizamento da ação, com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, devidamente atualizados pela taxa SELIC.

Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu em março de 2017, em princípio, sem a possibilidade de modificação do mérito, que o ICMS não integra a base de cálculo de PIS e COFINS. A União opôs embargos de declaração em outubro de 2017 buscando modular os efeitos da decisão, ainda pendente de julgamento.

A Companhia obteve decisão favorável no Tribunal Regional Federal da 2ª Região ("TRF2") em julho de 2019, aplicando o mesmo entendimento fixado pelo STF. Atualmente, aguarda-se o trânsito em julgado do acórdão proferido pela 4ª Turma Especializada do TRF2 na causa individual da Companhia.

Tendo em vista que ainda pendem discussões judiciais acerca da metodologia de cálculo para apuração do respectivo crédito tributario, a iliquidez da natureza do processo e o fato de que ainda se aguarda o trânsito em julgado do processo da Companhia, o ativo contingente não foi em 31 de dezembro registrado contabilmente.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão. Esses custos são reconhecidos líquidos dos efeitos tributários aplicáveis.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido (ações em tesouraria). Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Conforme artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404/1976, que somente poderá ser utilizada para: (i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou (ii) Aumento do capital social. Na hipótese do inciso I do caput, a pessoa jurídica deverá recompor a reserva à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Capital social

		31.12.2020		31.12.2019
		Quantidade de ações e respectivo percent		
	ON	%	ON	%
Alaska Investimentos Ltda.	43.459.552	41,20	40.177.399	38,56
Itaú Unibanco S.A.	9.454.605	8,96	-	-
Outros Investidores	51.356.262	48,68	62.803.020	60,27
Ações em circulação	104.270.419		102.980.419	
Ações em tesouraria	1.218.772	1,16	1.218.772	1,17
	105.489.191	100,00	104.199.191	100,00

Conforme Estatuto social da Companhia, o capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias ("ON"), e cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O capital social da Companhia pode ser aumentado mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 135.000.000 (cento e trinta e cinco milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal. O Conselho de Administração fixará o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do limite do capital autorizado.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 corresponde a R\$1.336.395 (R\$1.333.277 em 31 de dezembro de 2019); R\$1.312.502 (R\$1.310.322 em 31 de dezembro de 2019), líquido dos custos diretos de emissão de ações.

Ações em tesouraria

A Log-In mantém em sua tesouraria 1.218.772 ações ordinárias. Essas ações foram adquiridas no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 ao custo médio ponderado de R\$8,35 (valor em reais), por ação.

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na cotação da B3 de 31 de dezembro de 2020 era de R\$19.720 (R\$25.472 em 31 de dezembro de 2019).

Reserva de incentivos fiscais

Constituída em exercícios anteriores mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente a subvenção para investimento decorrente do AFRMM, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não foram destinados do resultado a parcela referente ao incentivo para subvenção de investimentos AFRMM devido ao saldo de prejuízos acumulados da Companhia.

Em dezembro de 2020, a Companhia incorporou sua reserva de incentivos fiscais ao prejuízo acumulado do exercício, cuja apropriação será efetuada futuramente quando da reversão para lucros acumulados, ato contínuo a distribuição para as reservas.

As subvenções para investimento não estão sujeitas à tributação, devendo ser registradas como reservas de lucros até o limite do lucro líquido do exercício. O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação vigente.

19. RESULTADO POR AÇÃO

	2020	2019
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	12.951	11.129
Quantidade de ações - em milhares		
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	103.846	41.575
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas - Plano de opção de ações	1.971	1.290
Resultado básico por ação - R\$	0,12	0,27
Resultado diluído por ação - R\$	0,12	0,26

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no período.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido ou (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações tais como planos de opção de ações como os divulgados na nota explicativa N° 20).

20. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

Política contábil

Os pagamentos baseados em ações e liquidados em ações para empregados e outros provedores de serviços similares é mensurado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. O valor justo exclui o efeito das condições de exercício que não se baseiam no mercado.

O valor justo dos pagamentos baseados em ações e liquidados em ações determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão eventualmente adquiridos. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos em virtude do efeito das condições de aquisição que não se baseiam no mercado. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste nas reservas.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O valor justo médio ponderado das opções de compra nas datas das outorgas, foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes, assumindo as premissas listadas abaixo:

1º Programa - 2019	Preço de exercício	Valor justo no dia da outorga	Quantidade de ações
1º Programa(tipo a.1)	4,24	4,24	345.356
1º Programa(tipo a.2)	4,24	4,66	344.322
1º Programa(tipo a.3)	4,24	5,02	344.322
1º Programa(tipo b.1)	0,01	8,09	386.104
1º Programa(tipo b.2)	0,01	8,09	384.948
1º Programa(tipo b.3)	0,01	8,09	384.948
			2.190.000

2º Programa - 2020	Preço de exercício	Valor justo no dia da outorga	Quantidade de ações
2º Programa(tipo a.1)	10,07	3,64	394.200
2º Programa(tipo a.2)	10,07	4,64	394.200
2º Programa(tipo a.3)	10,07	5,41	394.200
2º Programa(tipo b.1)	0,01	12,10	262.800
2º Programa(tipo b.2)	0,01	12,10	262.800
2º Programa(tipo b.3)	0,01	12,10	262.800
			1.971.000

Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo ("Plano") da Companhia, aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 25 de abril de 2019, estabelece as condições para a outorga e exercício de opções de compra de ações de emissão da Log-In aos seus administradores e funcionários.

O Plano prevê a criação de programas de forma periódica, que deverão identificar os beneficiários que integrem o programa, o número total de opções outorgadas bem como os critérios para o seu exercício. Na forma do Plano, cada opção de compra outorgada no âmbito destes programas dará ao beneficiário o direito de subscrever 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

Este Plano entrou em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho de Administração e será extinto em 4 de julho de 2022.

Principais característic	cas do Plano
Quantidade de ações	 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) opções de compra de ações de emissão da Companhia ou 4,03% do total de ações, o que for maior.
Tipo	 60% das opções de compra outorgadas serão do tipo "A"

NOTAS EXPLICATIVAS





Principais característica	as do Plano
Carência	 As opções de compra outorgadas aos Beneficiários no âmbito do Programa estão sujeitas a 3 (três) Períodos de Carência, assim distribuídos:
	(i) 33,4% (trinta e três vírgula quatro por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa ("Primeira Tranche de Opções") estarão sujeitas a um Período de Carência de 1 (um) ano contado da data da outorga das opções ("Primeiro Período de Carência");
	(ii) 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa ("Segunda Tranche de Opções") estarão sujeitas a um Período de Carência de 2 (dois) anos contados da data da outorga das opções ("Segundo Período de Carência");
	(iii) 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa ("Terceira Tranche de Opções") estarão sujeitas a um Período de Carência de 3 (três) anos contados da data da outorga das opções ("Terceiro Período de Carência");
Exercício das opções	• Período de Exercício para a Primeira Tranche de Opções se iniciará ao final do Primeiro Período de Carência;
	• Período de Exercício para a Segunda Tranche de Opções se iniciará ao final do Segundo Período de Carência; e
	• Período de Exercício para a Terceira Tranche de Opções se iniciará ao final do Terceiro Período de Carência.
	Observado que as opções não exercidas nos prazos acima serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que referida extinção dê direito a qualquer indenização ao Beneficiário.
Preço de exercício	 Opções do tipo "A", preço de exercício será correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia nos 90 (noventa) pregões da B3 anteriores à data da aprovação do Programa no âmbito do qual as opções forem outorgadas, ponderada pela quantidade de ações negociadas, aplicado um deságio de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor apurado.
	 Opções do tipo "B", preço de exercício será de R\$0,01 (um centavo).

Movimentação das opções outorgadas

Quantidade de ações em milhares	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	1.290	-
Opções outorgadas	1.971	2.190
Opções exercidas	(1.290)	(900)
Opções canceladas	-	-
Saldo final	1.971	1.290

Em 31 de dezembro de 2020, o percentual de opções outorgadas e ainda não exercidas ou canceladas referentes aos programas de opção de compra de ações era de 1,87% com relação ao total de ações emitidas pela Companhia (1,25% em 31 de dezembro de 2019).

Despesas com plano de opção de compra de ações

	Consolidado e	Consolidado e Controladora		
	31.12.2020	31.12.2019		
Plano de opção de ações	19.430	3.179		

Deste montante de R\$19.430 reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, R\$10.192 refere-se a uma despesa devido à antecipação do exercício do 1º programa do plano de opções de ações aprovado em 2019 no 2º trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

21. BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA NO LONGO PRAZO - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Política contábil

A Companhia proporciona benefício a seus empregados no longo prazo que engloba plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. No plano de contribuição definida a Companhia faz contribuições fixas à VALIA e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com serviço do empregado no período corrente e anterior.

Os pagamentos a plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito às contribuições são prestados pelos empregados.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



Os participantes efetuam contribuições mensais para o Plano VALE MAIS que variam entre 1% a 9% do salário de participação e as contribuições da Companhia são equivalentes às dos participantes limitadas a 9% do salário de participação.

Composição

	Consol	Consolidado		adora
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Contribuições pagas pela Companhia	2.237	1.945	1.614	1.403

22. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Companhia reconhece receitas de acordo com as obrigações de desempenho dos serviços prestados aos clientes. Os serviços de frete são reconhecidos como obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos.

A Companhia reconhece receita como segue:

- Navegação Costeira: serviços de transporte de contêineres (fretes) por toda a costa brasileira e também no Mercosul, serviços Shuttle que ligam os portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória, além de operação de transporte de veículos em navios "Roll On Roll Off".
- Terminal Portuário de Vila Velha TVV: operações de embarque e desembarque de contêineres, e movimentação de cargas e veículos.
- Terminais intermodais: serviços de armazenagem, separação e cross-docking. Atuam como ponto de acesso para as regiões Norte e Sul do Estado, em prol da integração com a navegação costeira com ênfase na multimodalidade.

Composição

	Consolida	ado	Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Receita de fretes	1.003.840	915.001	775.247	790.559
Mercado interno	659.295	627.266	642.790	618.804
Mercado externo	344.545	287.735	132.457	171.755
Receita de serviços	250.457	256.582	34.696	36.859
Mercado interno	105.126	116.464	34.130	36.497
Mercado externo	145.331	140.118	566	362
Receita bruta	1.254.297	1.171.583	809.943	827.418
Impostos sobre as receitas	(128.118)	(119.379)	(102.562)	(97.548)
Receita líquida	1.126.179	1.052.204	707.381	729.870

23. DEMONSTRAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Composição

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base em sua função. As demonstrações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

		Consolidado		Controladora
	2020	2019	2020	2019
Pessoal, encargos e benefícios	(167.386)	(140.974)	(90.019)	(81.432)
Material	(20.898)	(13.413)	(9.624)	(6.509)
Óleo combustível e gases	(89.410)	(86.065)	(85.128)	(81.261)
Afretamento, locações e arrendamento	(134.526)	(172.184)	(61.436)	(76.102)
Serviços contratados	(435.188)	(413.147)	(335.481)	(323.445)
Depreciação e amortização	(106.506)	(98.664)	(63.003)	(69.841)
Outros	(41.246)	(18.901)	(39.094)	(16.706)
	(995.160)	(943.348)	(683.785)	(655.296)

NOTAS EXPLICATIVAS





	Consolidado			Controladora
·	2020	2019	2020	2019
Classificado como:				
Custos dos serviços prestados	(893.277)	(854.222)	(599.720)	(581.942)
Despesas administrativas e comerciais (a)	(101.883)	(89.126)	(84.065)	(73.354)
	(995.160)	(943.348)	(683.785)	(655.296)

(a) No 2º trimestre de 2020, a Companhia registrou despesa no total de R\$10.192 devido à antecipação do exercício do 1º programa do plano de opções de ações.

24. RESULTADO FINANCEIRO

Composição

	Consolidado		Controlado	ra
_	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	17.676	3.175	17.473	4.803
Juros incidentes (reversão) sobre tributos a recuperar	-	(517)	-	-
Juros sobre mútuo a receber de partes relacionadas	-	2.340	1.427	614
Outras	3.789	858	1.997	772
	21.465	5.856	20.897	6.189
Despesas financeiras				
Encargos empréstimos e financiamentos	(67.842)	(88.149)	(59.046)	(76.830)
Encargos debêntures	(15.877)	(5.367)	(15.877)	(5.367)
Encargos financeiros com arrendamento mercantil	(12.477)	(9.064)	(6.951)	(9.064)
Reversão (constituição) juros provisão para riscos	2.949	(1.894)	(343)	(1.051)
Juros e comissões	(10.801)	(7.439)	(9.939)	(6.960)
Perda com cessão de direitos precatórios - AFRMM	-	(8.160)	-	(8.160)
Outros	(10.790)	(8.139)	(7.188)	(5.429)
	(114.838)	(128.212)	(99.344)	(112.861)
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Variações monetárias e cambiais ativas	79.328	32.044	45.949	20.975
Variações monetárias e cambiais passivas	(200.239)	(56.473)	(153.790)	(47.988)
	(120.911)	(24.429)	(107.841)	(27.013)
	(214.284)	(146.785)	(186.288)	(133.685)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos é determinada no seu reconhecimento inicial, conforme o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais presentes no IFRS 9/CPC 48. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía operações com derivativos em aberto.

Categoria dos principais instrumentos financeiros e seus valores justos

		Consolidad			
	:	31.12.2020		31.12.2019	
	Valor	Valor	Valor	Valor	
	contábil	justo	contábil	justo	
Ativo financeiro ao custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	101.337	101.337	55.315	55.315	
Aplicações financeiras	3.878	3.878	10.805	10.805	
Contas a receber de clientes	204.941	204.941	145.484	145.484	
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado:					
Aplicações financeiras	608.334	608.334	608.167	608.167	

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



		Consolidae				
		31.12.2020	31.12.2019			
	Valor	Valor	Valor	Valor		
	contábil	justo	contábil	justo		
Passivo financeiro ao custo amortizado:						
Fornecedores	110.421	110.421	126.137	126.137		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.390.103	1.390.103	1.256.593	1.256.593		
Obrigações com arrendamento mercantil (REAPRESENTADO)	194.279	194.279	91.882	91.882		

				Controladora
		31.12.2020		31.12.2019
	Valor		Valor	Valor
	contábil	Valor justo	contábil	justo
Ativo financeiro ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	65.836	65.836	49.444	49.444
Aplicações financeiras	2.722	2.722	9.678	9.678
Contas a receber de clientes	136.086	136.086	115.824	115.824
Valores a receber de partes relacionadas	120.143	120.143	27.251	27.251
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	608.334	608.334	608.167	608.167
Passivo financeiro ao custo amortizado				
Fornecedores	68.948	68.948	79.613	79.613
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.198.620	1.198.620	1.077.670	1.077.670
Obrigações com arrendamento mercantil	105.202	105.202	74.597	74.597
Valores a pagar a partes relacionadas	110.279	110.279	69.943	69.943

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou "impaired" é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às demonstrações históricas de inadimplência de contrapartes.

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos com boas qualificações das agências de risco.

Gestão de risco

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e sugere melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle.

Risco de mercado

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços, porém os mesmos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia também não prática aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos no período social atual.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposto são os seguintes:

(a) Risco cambial

A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures consolidado em moeda estrangeira (Dólar), no montante de R\$427.896 (R\$333.073 em 31 de dezembro de 2019), corresponde a 30,78% (26,51% em 31 de dezembro de 2019) da dívida da Companhia (Consolidado). A Companhia também possui obrigações com arrendamentos mercantil em moeda estrangeira (Dólar) no montante de R\$105.189 (R\$67.368 em 31 de dezembro de 2019) que corresponde a 54,14% (76,10% em 31 de dezembro de 2019) da obrigação com arrendamento mercantil (consolidado).

O efeito cambial decorrente dessa exposição e dos demais ativos e passivos em Dólar pode ser relevante no vencimento do endividamento e obrigações passivas no curto e médio e longo prazos.

(b) Risco de taxa de juros

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros variáveis que são aplicadas aos seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta as seguintes taxas de juros variáveis:

		Consolidado		
Indexador	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativo				
CDI	612.212	618.972	611.056	617.845
Passivo				
TJLP	456.608	450.533	394.666	383.759
CDI	416.044	383.372	368.192	330.464

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não tem contratos derivativos para fazer hedge contra estes índices, entretanto os riscos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia a sua exposição e propõem as estratégias de minimização de riscos a serem adotadas e aprovadas pelo conselho de administração.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos financeiros, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo consolidado de R\$642.663 e R\$576.183 na controladora (em 31 de dezembro de 2019, R\$581.566 e R\$579.364, consolidado e controladora, respectivamente), bem como patrimônio líquido positivo de R\$353.963 no consolidado e de R\$353.809 na controladora (em 31 de dezembro de 2019, R\$317.047 e R\$316.927, consolidado e controladora, respectivamente). Destacamos que a Companhia tem servido todas as dívidas e está corrente com todas as suas obrigações com empréstimos e financiamentos.

A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem.

O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2020:

					С	onsolidado
		Até 1	De 1 a 3	De 3 meses	De 1 ano	Mais de
	Total	mês	meses	a 1 ano	a 5 anos	5 anos
Fornecedores	110.420	93.427	16.512	481	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.390.103	13.407	30.517	88.890	712.607	544.682
	1.500.523	106.834	47.029	89.371	712.607	544.682

					Со	ntroladora
		Até 1	De 1 a 3	De 3 meses	De 1 no	Mais de
	Total	mês	meses	a 1 ano	a 5 anos	5 anos
Fornecedores	68.948	54.430	14.196	322	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.198.620	11.275	25.610	75.805	611.034	474.896
Partes relacionadas	110.279	38.524	7.408	15.118	49.229	-
	1.377.847	104.229	47.214	91.245	660.263	474.896

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



(d) Risco de gerenciamento de capital

A política da Companhia tem como objetivo estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Além do capital próprio, a Companhia usa recursos de terceiros para financiar suas atividades, otimizando sua estrutura de capital. Os níveis de endividamento são monitorados em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital. A dívida líquida reflete a exposição total da Companhia das obrigações contraídas junto ao sistema financeiro.

A dívida bruta consiste na soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto (circulante) e longo (não circulantes) prazos conforme detalhados na nota explicativa nº 16.

Com a capitalização ocorrida em novembro de 2019 por meio da oferta pública primária de ações ordinárias (nota explicativa nº 18), a Companhia vem assegurando sua liquidez e a continuidade operacional dos seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o índice de alavancagem financeira da Companhia é conforme segue:

		Consolidado
Índice de alavancagem financeira	31.12.2020	31.12.2019
Dívida bruta	1.390.103	1.256.593
Caixa e equivalentes de caixa	(101.337)	(55.315)
Aplicações financeiras	(612.212)	(618.972)
Dívida líquida	676.554	582,306
Patrimônio líquido Controladora	353.809	316.927
Relação dívida líquida/capital	1,9	1,8

(e) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota a política de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes quando apropriado, como meio de mitigar o risco financeiro. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, através análise de indicadores econômico-financeiros.

Também visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições com boas avaliações de *rating*.

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

A Companhia avaliou e entende que os valores justos de seus principais instrumentos financeiros não derivativos em 31 de dezembro de 2020 se aproximam dos valores contábeis reconhecidos considerando as características de determinados ativos e passivos financeiros, prazo de realização ou vencimento no curto prazo, conforme aplicável, ou por estarem indexados a taxas variáveis de mercado.

Para estimar o valor justo de seus principais instrumentos financeiros não derivativos, a Administração utilizou as seguintes premissas:

<u>Empréstimos, financiamentos e debêntures</u> - Representam passivos financeiros atualizados com juros estipulados pelo BNDES/FMM e outras instituições financeiras, parte por variação cambial. A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado corresponde ao seu valor justo.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme CPC 40/IFRS 7

A Empresa apresenta a seguir demonstrações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos. Esta análise considerou um cenário básico projetado para o período de 2020 e outros dois levando-se em conta uma variação em relação às premissas básicas de 25% e 50%. O cenário base foi obtido por meio de premissas disponíveis no mercado conforme descrito a seguir: Dólar 5,01 (relatório Focus de 05 de fevereiro de 2021 - Mediana Top 5 Médio Prazo); TJLP 4,95% a.a. (BNDES); e CDI 1,90% a.a. (BM&F).

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários na Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 seriam os seguintes:

					C	onsolidado
Risco de taxa de câmbio	Risco	US\$	31.12.2020	Cenário	Cenário I	Cenário II
				Base	25%	50%
Contas a receber de clientes	USD	9.791	50.879	(1.828)	10.435	22.698
Contas a receber de partes relacionadas	USD	3.784	19.664	(706)	4.033	8.772
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(82.340)	(427.896)	15.373	(87.758)	(190.889)
Fornecedores	USD	(7.601)	(39.502)	1.419	(8.101)	(17.622)
Contas a pagar a partes relacionadas	USD	(3.681)	(19.130)	687	(3.923)	(8.534)
Obrigações com arrendamento mercantil	USD	(20.241)	(105.189)	3.779	(21.573)	(46.926)
Exposição líquida		(100.288)	(521.174)	18.724	(106.887)	(232.501)
	PTAX		5,1967	5,0100	6,2625	7,5150

					Consolidado
Risco de taxa de juros	Risco	31.12.2020	Cenário	Cenário I	Cenário II
			Base	25%	50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	TJLP	(456.608)	2.374	(2.637)	(7.648)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(418.189)	(6.064)	(9.566)	(13.068)
	TJLP	4,91%	4,39%	5,49%	6,59%
	CDI	1,90%	3,35%	4,19%	5,03%

26. DEMONSTRAÇÕES PARA A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

■ Transações não envolvendo caixa

		Consolidado		Controladora
Atividades de investimento	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Arrendamento mercantil	130.888	93.855	55.023	93.855
Transferência "Sale lease back"	-	29.977	-	-
Dividendos propostos de controlada compensados com mútuo passivo de controladora	-	-	23.519	15.550
Adições ao imobilizado em curso	3.083	1.248	1.476	261
	133.971	125.080	80.018	109.666

Variações nos passivos resultantes das atividades de financiamento

A tabela a seguir detalha as variações nos passivos da Companhia resultantes de atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa.

					Consolidado
		Obrigações com	Empréstimos,		
	Capital	arrendamento	financiamentos	Mútuos com	
	social	mercantil	e debentures	controladas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.310.322	91.882	1.256.593		2.658.797
Alterações que afetam caixa					
Aumento de capital por subscrição de ações	3.117	-	-	-	3.117
Custos diretos de emissão de ações	(828)	-	-	-	(828)
Emissão de debêntures	-	-	71.400	-	71.400
Custos na captação de debêntures	-	-	(2.414)	-	(2.414)
Amortização empréstimos e financiamentos	-	-	(70.917)	-	(70.917)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(44.080)	-	(44.080)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	(61.380)	-	-	(61.380)
Alterações que não afetam caixa					
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	-	32.889	179.521	-	212.410
Custos diretos de emissão de ações	(109)	-	-	-	(109)
Adições arrendamento mercantil e outros	-	130.888	-	-	130.888
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.312.502	194.279	1.390.103	-	2.896.884

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



					Controladora
	Capital	Obrigações com arrendamento	Empréstimos, financiamentos	Mútuos com	T-1-1
Saldo em 31 de dezembro de 2019	social 1.310.322	mercantil 74,597	e debentures 1.077.670	controladas 38.508	Total 2,501,097
Alterações que afetam caixa	1.510.522		1.077.070		2.301.037
Aumento de capital por subscrição de ações	3.117	-	-	-	3.117
Custos diretos de emissão de ações	(828)	-	-	-	(828)
Emissão de debêntures	-	-	71.400	-	71.400
Custos na captação de debêntures	-	-	(2.414)	-	(2.414)
Captação de mútuos com controladas	-	-	-	48.827	48.827
Pagamento de mútuos com controladas	-	-	-	(33.462)	(33.462)
Amortização empréstimos e financiamentos	-	-	(59.598)	-	(59.598)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(42.002)	-	(42.002)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	(47.278)	-	-	(47.278)
Alterações que não afetam caixa					
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	-	22.860	153.564	2.001	178.425
Custos diretos de emissão de ações	(109)	-	-	-	(109)
Dividendos de controlada compensado	-	-	-	(6.645)	(6.645)
Adições arrendamento mercantil e outros	-	55.023	=	-	55.023
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.312.502	105.202	1.198.620	49.229	2.665.553

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado, bem como para responsabilidade civil, visando cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

Segue resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2020:

	Consolidado			
Descrição	Valor Segurado	Prêmio de Seguro	Vigência	
Protection and Indemnity - danos ambientais	5.196.700	7.968	20/02/2021 a 20/02/2022	
Protection and Indemnity - danos a carga, objetos fixos e flutuantes	ilimitado	7.968	20/02/2021 a 20/02/2022	
Protection and Indemnity - Cobertura a Shipowners Liability (SOL)	25.984	7.968	20/02/2021 a 20/02/2022	
Protection and Indemnity - Mercosul Line (VSA) TCL	2.390.482	7.968	20/02/2021 a 20/02/2022	
Protection and Indemnity - Mercosul Line (VSA) DTH	2.390.482	7.968	20/02/2021 a 20/02/2022	
Protection and Indemnity - Mercosul Line (VSA) FDD	51.967	7.968	20/02/2021 a 20/02/2022	
Protection and Indemnity - Mercosul Line (VSA) SOL	25.984	7.968	20/02/2021 a 20/02/2022	
Protection and Indemnity – Time Charter – TCL	1.096.504	7.968	20/02/2021 a 20/02/2022	
Protection and Indemnity - Time Charter - DTH	1.096.504	7.968	20/02/2021 a 20/02/2022	
Protection and Indemnity - Time Charter – FDD	51.967	7.968	20/02/2021 a 20/02/2022	
Protection and Indemnity - Time Charter - Bunker	5.197	7.968	20/02/2021 a 20/02/2022	
Protection and Indemnity - Time Charter – SOL	25.984	7.968	20/02/2021 a 20/02/2022	
Protection and Indemnity - Cobertura para containers	25.984	7.968	20/02/2021 a 20/02/2022	
Cobertura de Cascos de máquinas	862.327	6.100	07/06/2020 a 07/06/2021	
Cobertura de Lucros Cessantes TVV	83.794	654	18/11/2020 a 18/11/2021	
Cobertura de Riscos Operacionais	155.901	654	18/11/2020 a 18/11/2021	
Responsabilidade civil diretores e gestores	90.000	204	11/09/2020 a 11/09/2021	
Cobertura de Responsabilidade Civil	129.918	1.031	18/11/2020 a 18/11/2021	
Cobertura de Responsabilidade Civil – Empregador	5.197	1.031	18/11/2020 a 18/11/2021	
Cobertura de Responsabilidade Civil - Danos Morais	2.598	1.031	18/11/2020 a 18/11/2021	
Cobertura Seguro de Transporte - RCTR-C	6.000	427	31/07/2020 a 31/07/2021	
Cobertura Seguro de Transporte - RCF-DC	6.000	348	31/07/2020 a 31/07/2021	
Seguro Auto - Ambulância TVV	460	3	24/05/2020 a 24/05/2021	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	367	6	21/02/2021 a 21/02/2023	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	10.258	385	30/06/2017 a 30/06/2022	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	4.003	88	17/02/2020 a 17/02/2023	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	3.330	75	18/09/2020 a 18/09/2025	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	2.235	30	27/04/2020 a 27/04/2023	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	1.624	61	29/09/2017 a 29/09/2022	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	1.060	14	27/04/2020 a 27/04/2023	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	745	12	18/11/2019 a 18/11/2022	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	617	8	01/10/2020 a 01/10/2023	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	579	13	25/08/2020 a 25/08/2025	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	550	12	18/09/2020 a 18/09/2025	

NOTAS EXPLICATIVAS





	Consolidado			
Descrição	Valor Segurado		Vigência	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	538	13	12/06/2019 a 12/06/2022	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	454	10	16/01/2020 a 16/01/2023	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	428	6	08/05/2020 a 08/05/2023	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	412	8	08/11/2020 a 06/11/2021	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	392	5	24/09/2020 a 24/09/2023	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	326	7	10/07/2020 a 10/07/2025	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	326	4	10/07/2020 a 10/07/2023	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	287	4	02/07/2020 a 02/07/2023	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	278	3	20/05/2020 a 20/05/2022	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	142	2	04/05/2020 a 04/05/2023	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	50	1	01/10/2020 a 01/10/2025	
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	44	1	15/10/2020 a 15/10/2025	

Sinistros a recuperar

O montante de R\$ 41.448 refere-se a sinistros a recuperar em virtude de celebração de Termo de Ajuste de Conduta ("TAC") com o MPF no valor de R\$ 19.000 e de acordo substitutivo com IBAMA no valor de R\$ 22.448, decorrentes do acidente com o navio Log-In Pantanal, em Santos - SP, no ano de 2017, conforme informado nas notas explicativas explicativas

A Companhia reitera que as despesas relacionadas ao incidente com o navio Log-In Pantanal e todos os seus desdobramentos, incluindo, sem limitação, as despesas incorridas no âmbito do cumprimento da obrigação assumida no TAC, estão abrangidas pela cobertura de responsabilidade civil do Clube P&I - Protection and Indemnity (Proteção e Indenização).

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Celebração de acordo substitutivo

Em 21 de janeiro de 2021, a Companhia celebrou um Acordo Substitutivo de Multa Ambiental com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA ("Acordo Substitutivo"), por força do qual as obrigações patrimoniais potencialmente decorrentes dos autos de infração lavrados pelo IBAMA, em decorrência do incidente com o navio Log-In Pantanal, são substituídas por obrigação certa e exigível da Companhia de efetivar a destinação de bens no valor total de R\$ 22.447 ao: (i) Comando de Policiamento Ambiental - Polícia Militar do Estado de São Paulo; (ii) Ministério do Meio Ambiente; e (iii) IBAMA-UT-2º Nível, em Santos-SP, tais obrigações possuem prazo de realização em até 90 dias da data de publicação deste acordo

A celebração do Acordo Substitutivo não importa em reconhecimento ou assunção de responsabilidade de natureza cível, administrava ou penal, tampouco em admissão de culpa, pela Companhia ou quaisquer de seus funcionários ou colaboradores, nem reconhecimento quanto ao cabimento de imputações ou tipos, de cunho cível, administrativo ou penal, constantes dos autos de infração lavrados pelo IBAMA.

A Companhia reitera que as despesas relacionadas ao incidente com o navio Log-In Pantanal e todos os seus desdobramentos, incluindo, sem limitação, as despesas incorridas no âmbito do cumprimento da obrigação assumida no Acordo Substitutivo, estão abrangidas pela cobertura de responsabilidade civil do Clube P&I – Protection and Indemnity (Proteção e Indenização) os quais encontram-se registrados conforme divulgado na nota Nº 27.

Termo de Ajuste de Conduta ("TAC")

Em 27 de janeiro de 2021, a Companhia celebrou Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") com o Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria da República do Município de Santos-SP, com o objetivo de pôr fim ao Inquérito Civil instaurado em decorrência do incidente com o navio Log-In Pantanal. O TAC prevê o pagamento, pela Companhia, de R\$19.000 para reparar o dano ambiental objeto do referido inquérito. O valor em questão foi pago, em parcela única, pela Companhia e reembolsado integralmente até a divulgação desta demonstração financeira. Este montante será destinado a projetos nos municípios afetados pelo incidente, além da aquisição de embarcações para fiscalização e monitoramento.

A Companhia reitera que as despesas relacionadas ao incidente com o navio Log-In Pantanal e todos os seus desdobramentos, incluindo, sem limitação, as despesas incorridas no âmbito do cumprimento da obrigação assumida no TAC, estão abrangidas pela cobertura de responsabilidade civil do Clube P&I – Protection and Indemnity (Proteção e Indenização) os quais encontram-se registrados conforme divulgado na nota Nº 27.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



Classificação de processo licitatório para arredmento da área nº 5 do porto organizado de Vitória

A Companhia, no dia 11 de janeiro 2021, concluiu o processo onde a sua subsidiária TVV - Terminal de Vila Velha S.A. ("TVV"), no âmbito do Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2020, organizado pela Companhia Docas do Estado do Espírito Santo ("CODESA"), obteve a melhor classificação para explorar provisoriamente a área nº 5 do Porto Organizado de Vitória/ES.

O projeto em questão compreende a exploração transitória de uma área de 54.086 m² pelo prazo de 180 dias, onde a subsidiária TVV movimentará carga geral (veículos), reforçando a sua participação no Porto Organizado de Vitória/ES, e a ampliação dos serviços ofertados à sua base atual e potencial de clientes.

Aquisição de embarcação (Log-In Discovery)

Em 23 de fevereiro de 2021, a Log-In International GmbH - subsidiária integral da Companhia sediada na Áustria - adquiriu uma nova embarcação com capacidade de 2.550 TEUS. O custo total de aquisição desta embarcação foi de US\$ 20 milhões, pagos à vista com recursos próprios.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 09 de março de 2021, e quando aplicável, essas refletem efeitos contábeis decorrentes dos eventos subsequentes ocorridos ate essa data de aprovação.

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes



LOG-IN - LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

COMITÊ DE AUDITORIA - RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DE ATIVIDADES E CONCLUSÕES

Entre março de 2020 e março de 2021, o Comitê de Auditoria da Log-In Logística Intermodal S.A. ("Companhia") ("Comitê") reuniu-se quinze vezes, com a presença de todos os seus membros, para apreciar e deliberar sobre temas relacionados às demonstrações financeiras anuais e intermediárias e temas relacionados a gestão de riscos e controles internos, *compliance*, auditoria interna e governança, conforme descritos abaixo.

O Comitê é regido por seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração, disponível no site de relações com investidores da Companhia e no Sistema IPE da Comissão de Valores Mobiliários. Sua estrutura visa a promover o diálogo constante com a administração da Companhia, com os auditores independentes e com a Gerência de Auditoria Interna, *Compliance* e Riscos.

Atividades:

Entre março de 2020 e março de 2021, o Comitê apreciou e emitiu seu parecer a respeito das demonstrações financeiras anuais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 ("DFs 2019") e 31 de dezembro de 2020 ("DFs 2020"), assim como a respeito das demonstrações financeiras trimestrais referentes ao primeiro, segundo e terceiro trimestres do exercício social de 2020. No período em referência, o Comitê reuniu-se com os auditores independentes da Companhia cinco vezes quando da apreciação das demonstrações financeiras anuais e intermediárias para esclarecimentos e discussão de aspectos referentes às políticas contábeis da Companhia e a eventuais ajustes decorrentes da auditoria.

Riscos e controles internos:

No mesmo período, o Comitê acompanhou a elaboração e evolução do mapa de riscos da Companhia, coordenado pela Gerência de Auditoria Interna, *Compliance* e Gestão de Riscos, e monitorou a elaboração das demonstrações financeiras anuais, tendo acompanhado os trabalhos dos Auditores Independentes e trabalhado em eventuais dúvidas levantadas pela auditoria interna e externa. Além disso, o Comitê acompanhou a execução de procedimentos de controles internos pela Gerência Financeira. Ao longo do período em referência, o Comitê monitorou as atividades do Canal de Denúncias da Companhia. Por fim, o Comitê manifestou-se sobre a Política de Gestão de Riscos da Companhia.

Compliance:

O Comitê tomou conhecimento de processos relacionados ao cumprimento de normas fiscais, contábeis e de segurança da informação. Com relação à Lei Geral de Proteção de Dados, foi realizada apresentação ao Comitê sobre a estrutura de proteção de dados existente à época, a que se seguiu discussão e aprovação de um plano de adequação à nova lei. Paralelamente, com vistas ao constante aprimoramento o Comitê aprovou Programas de Integridade e *Compliance* e estabeleceu novos procedimentos, em especial no que toca à qualidade do ambiente de trabalho.

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes



Auditoria interna:

Conforme previsto em seu Regimento Interno, o Comitê deliberou sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, tendo monitorado as atividades Gerência de Auditoria Interna, acompanhado os resultados dos seus planos de ação e atualizado o referido plano de acordo conforme entendeu necessário a partir do acompanhamento. O Comitê também discutiu, definiu e validou metas da Gerência de Auditoria Interna, *Compliance* e Riscos para o exercício social de 2021.

Governança:

O Comitê apreciou a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, aprovada em 26 de maio de 2020 pelo Conselho de Administração e a política interna de alçadas da Companhia. Posteriormente, apreciou novas versões do Regimento Interno do Comitê, da Política de Gestão de Riscos e do Manual de Conduta Ética, que foram submetidas do Conselho de Administração.

Conclusões e recomendações:

Ao longo do período em referência, o Comitê de Auditoria atingiu as seguintes conclusões e proferiu as seguintes recomendações:

- Aprovar o Plano Anual da Auditoria Interna para o exercício de 2020;
- Aprovar os Programas de Integridade e Compliance da Companhia;
- Aprovar o plano de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados;
- Aprovar as metas da Gerência de Auditoria Interna, *Compliance* e Riscos para o exercício social de 2021;
- Recomendar ao Conselho de Administração a aprovação das DFs 2019;
- Recomendar ao Conselho de Administração a aprovação das DFs 2020;
- Recomendar ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras trimestrais referentes ao primeiro, segundo e terceiro trimestres do exercício social de 2020;
- Recomendar ao Conselho de Administração a aprovação da nova versão do Regimento Interno do Comitê;
- Recomendar ao Conselho de Administração a aprovação das novas versões da Política de Gestão de Riscos e do Manual de Conduta Ética;
- Recomendar à administração a atribuição da função de controles internos à Diretoria Financeira: e
- Recomendar à administração novos procedimentos relacionados ao ambiente de trabalho da Companhia.

O Comitê de Auditoria,

Edson Renato Libório Monje

Fabíola Ribeiro dos Santos

Flávio Souto Boan

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Log-In Logística Intermodal S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Log-In Logística Intermodal S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Log-In Logística Intermodal S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável dos impostos diferidos ativos

Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$212.715 mil e R\$238.964 mil na controladora e no consolidado, respectivamente.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas, na medida em que seja provável a existência futura de lucros tributáveis futuros para que esses créditos fiscais possam ser utilizados.

Na determinação dos valores dos impostos diferidos ativos, devem ser reconhecidos pela Companhia e suas controladas com base em projeções que indicam a potencial existência de lucros tributáveis futuros ("estudo técnico"). A Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas significativas. Variações nessas premissas ou estimativas utilizadas pela Administração podem produzir valores recuperáveis significativamente diferentes, com impactos no resultado do exercício.

Por consequência, consideramos a realização dos impostos diferidos ativos como um dos principais assuntos de auditoria.

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) obtenção do entendimento sobre as premissas significativas utilizadas no estudo técnico preparado pela Administração; (ii) entendimento dos controles internos relacionados ao processo de revisão e aprovação desse estudo técnico; (iii) avaliação da razoabilidade das premissas significativas de negócios e macroeconômicas utilizadas; (iv) avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas no estudo técnico; e (v) avaliação da adequada divulgação pela Companhia e suas controladas acerca das premissas utilizadas no estudo técnico de realização dos impostos diferidos ativos nas demonstrações financeiras .

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria executados, consideramos que o julgamento e as premissas significativas utilizadas pela Administração são aceitáveis e as respectivas divulgações consistentes com os dados e as informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em

31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

John Alexander Harold Auton

Contador

CRC nº 1 RJ 078183/O-2

Pareceres E Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)

Log-In - Logística Intermodal S.A.

Parecer do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

O Comitê de Auditoria da Log-In – Logística Intermodal S.A., no exercício das atribuições previstas no seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2020, tendo analisado as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do parecer sem ressalvas do Auditor Independente, datado de 09 de março de 2020 e do relatório da administração, é da opinião de que os documentos em referência foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e com a legislação societária vigente, recomendando, dessa forma, a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Fabiola Ribeiro dos Santos

Membro

Flávio Souto Boan

Membro

Edson Renato Liborio Monje

Coordenador

Rio de Janeiro, 09 de marco de 2021.

PÁGINA: 84 de 86

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, autorizando sua divulgação.

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, autorizando sua divulgação.